

ANGOLA é a nossa casa

Reintegração de retornados angolanos no Uíge
vindos da República Democrática do Congo

Paulo Inglês



ANGOLA É A NOSSA CASA

Reintegração de retornados angolanos no Uíge
vindos da República Democrática do Congo

SÉRIE MIGRAÇÕES

20. Migrações internacionais. Abordagens de direitos humanos
19. Política migratória e o paradoxo da globalização
18. Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana
17. Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília
16. Entre dois mundos: a igreja no pensar e no agir de Giovanni Battista Scalabrini
15. Mobilidade Humana: Componente curricular da educação Scalabriniana
14. Mídia e migração contemporânea: estudo sobre o uso dos meios de comunicação pelos migrantes
13. Vidas em trânsito. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos
12. Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos
11. Povo em itinerância. Israel nos caminhos da migração
10. A espiritualidade de um povo a caminho: elementos para uma espiritualidade no contexto migratório
9. A missão da Igreja no contexto da mobilidade humana
8. Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas
7. Migração e situações de fronteira
6. Profetismo e identidade apostólico-missionária da Irmã Scalabriniana
5. Balsas: Alteridade, Desencontros e Esperança
4. Migrações contemporâneas: desafio à vida, à cultura e à fé
3. Convivendo com o diferente. Desmigração, Exclusão, Multiculturalismo
2. Trabalhadores migrantes
1. Migrações à Luz da Palavra

Série Migrações - 21

PAULO INGLÊS

ANGOLA É A NOSSA CASA

Reintegração de retornados angolanos no Uíge
vindos da República Democrática do Congo



DIOCESE DO UÍGE



CARITAS DE ANGOLA



CSEM – CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

BRASÍLIA
2017

DIAGRAMAÇÃO: Luiza Giovanna Silva de Moura

CAPA:

Foto de Marizete Garbin

Arte de Gladison Rocha e Fábio Léda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angola é a nossa casa. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo: Paulo Inglês.

Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017.

156 p.; 14 X 21cm. Série Migrações, 21.

ISBN: 978-85-87823-30-4

1. Retornados 2. Refugiados 3. Mobilidade Humana 4. Direitos Humanos. 5. Migrações I. Título II. Editora.

CDD 325
CDU 342.7

Publicação da Editora CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
SRTVN 702 - Conj. P - Ed. Brasília Rádio Center - Sobrelojas 01/02
70719-900 - Brasília/DF - Brasil - Tel. +55 61 3327 0669
E-mail: csem@csem.org.br
Sites: csem.org.br; redecemis.phlnet.com.br (biblioteca) e scielo.br/remhu (REMHU)

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

*A todos os migrantes e retornados que reconstróem
o seu cotidiano com nova visãõ do mundo e sabendo
dar sentido à suas trajetórias*

AGRADECIMENTOS

Este livro não teria sido possível sem a participação e a colaboração de muitas pessoas e instituições. A gratidão e o reconhecimento vai especialmente...

Aos retornados que participaram desse estudo;

Ao autor, que abraçou esta pesquisa como missão;

À Cáritas Diocesana e à Comissão Diocesana de Migrantes e Itinerantes da Diocese do Uíje;

À CARITAS de Angola;

À Comissão Diocesana de Migrantes e Itinerantes da Diocese de Kisantu, República Democrática do Congo (RDC);

Às Irmãs Missionárias Scalabrinianas de Kisantu e do Uíge;

Ao CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília – DF, Brasil;

Às instituições, às agências humanitárias e aos amigos que apoiaram a pesquisa e o processo editorial com dados, informações, sugestões, recursos financeiros e apoio logístico;

A você leitor e leitora destas páginas, por participar desta história!

SUMÁRIO

13 _____
APRESENTAÇÃO

17 _____
INTRODUÇÃO

23 _____
1. MOVIMENTAÇÃO ENTRE ANGOLA E RDC: CONTEXTO E HISTÓRIA

29 _____
2. IDENTIDADE E MOBILIDADE: ENTRE O PASSADO E O FUTURO

35 _____
3. PROXIMIDADE: GEOGRAFIAS SOCIAIS VERSUS GEOGRAFIA POLÍTICA

47 _____
4. TRAJETOS E ASSENTAMENTOS: HISTÓRIAS DE VIDAS NA RDC

63 _____
5. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL QUE INFLUENCIOU A DECISÃO DAS EXPULSÕES

77	6. O MASSIVO REGRESSO DE 2009: EXPULSÕES E RETORNO INVOLUNTÁRIO
91	7. SEGUNDO REGRESSO MASSIVO: RETORNO VOLUNTÁRIO ENTRE 2010 E 2014
97	8. RETORNO E RECONSTRUÇÃO DAS ROTINAS: VIDA COTIDIANA E BUROCRACIA
107	9. ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO: O MUNDO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS
115	10. DIFICULDADES À INTEGRAÇÃO: RESISTÊNCIAS E DESAFIOS
127	11. RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO DOS RETORNADOS: 2009-2015
135	12. DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM SERVIÇO AOS MIGRANTES
145	CONCLUSÃO
149	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
154	ANEXOS

SIGLAS

ABAKO: Aliança dos Bacongo

ACNUR/UNHCR: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados/Office of the United Nations High Commissioner for Refugees

AI: Amnistia Internacional

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha

FNLA: Frente Nacional de Libertação de Angola

HRW: Human Rights Watch

JRS: Jesuit Refugee Service/Serviço Jesuítas aos Refugiados

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola

MSF: Médecins sans Frontières/Médicos sem Fronteiras

OIM/IOM: Organização Internacional para as Migrações/
International Organization for Migration

OCHA: United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs/Esritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ONU: Organização das Nações Unidas

UNICEF: United Nations International Children's
Emergency Fund/Fundo das Nações Unidas para a
Infância

UNITA: União Nacional para independência Total de
Angola



APRESENTAÇÃO

Sentimos grande alegria e tamanha honra de fazer a apresentação deste laborioso e notável trabalho de pesquisa, levado a cabo pela Cáritas Diocesana do Uíje, pelas Comissões Diocesanas de Pastoral dos Migrantes e Itinerantes da Diocese do Uíje e da Diocese de Kisantu, República Democrática do Congo (RDC), com o apoio e assessoria técnica do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, Instituição da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, com sede em Brasília – DF, no Brasil.

O trabalho, trazido à lume, enquadra-se na dinâmica sócio pastoral da Igreja diocesana, de acompanhar o ser humano em todo o seu trajeto até à eternidade. Concretamente, foi um estudo acurado e circunscrito no

tempo: o do regresso e reassentamento dos angolanos, alguns compulsivamente expulsos da RDC e outros livremente reentrados na terra que os viu nascer, no período que vai desde 2009 até 2012.

Coloca-se nas nossas mãos e em nossa consideração o fruto maduro de um trabalho fundamentalmente de pesquisa e avaliação, tendo como pano de fundo o conhecimento da experiência da mobilidade dos retornados – o percurso de ida, estadia e retorno; a obtenção da informação sobre o processo de reintegração dos mesmos nas comunidades de acolhimento, e o conhecimento do funcionamento das estruturas de acolhimento e de apoio na reintegração dos retornados oferecidos pela Diocese do Uíje, em parceria com o Governo Provincial do Uíge.

Além desses objetivos, a pesquisa procurou, a partir dos resultados obtidos, fazer algumas recomendações e sugestões sobre os desafios e as implicações da mobilidade humana nas zonas de fronteira, bem como sugerir o tipo de respostas que podem ser dadas e as pistas para tornar mais eficientes as estruturas pastorais e sociais da nossa Diocese no tocante a questões de mobilidade humana.

Foi-nos muito útil o Dr. Paulo Inglês, pesquisador angolano, que colocou todo o seu saber e paixão neste trabalho de pesquisa que cremos ser de grande utilidade, não só na dinâmica dos trabalhos da Diocese do Uíje, como também servirá de pedestal para os posteriores

investigadores que queiram aprofundar o assunto no porvir. Somos devedores ao Dr. Paulo Inglês que deixando a família na Alemanha, aonde tem o seu atual domicílio, caminhou e partilhou, com os nossos irmãos reintegrados, a realidade do dia a dia.

Agradecemos de igual modo todos quantos participaram e facilitaram o trabalho de pesquisa: sacerdotes, catequistas, religiosos e religiosas, autoridades tradicionais e estruturas governamentais.

Uíge, aos 18 de Julho de 2017

† Emílio Sumbelelo, Bispo da Diocese do Uíje

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a reintegração de retornados angolanos vindos da República Democrática do Congo (RDC) enquadra-se na Pastoral das Migrações e nas ações da Cáritas da Diocese do Uíge¹, no seu plano de atividades pastorais e sociais com migrantes em que, neste contexto, o acolhimento e a reintegração dos retornados adquiriram maior relevância. Parte dessa relevância decorre não apenas da chegada de retornados, mas pelo fato de Uíge ser uma das províncias situadas na fronteira Norte de Angola com a RDC e, portanto, uma zona de intensa mobilidade. Essa pesquisa e avaliação tiveram como objetivo conhecer a experiência de mobilidade dos retornados – o percurso de ida, estadia e retorno; obter maior informação sobre o processo de reintegração – estratégias, recursos e networking – dos retornados a partir das suas próprias narrativas e conhecer o funcionamento das estruturas de acolhimento e de apoio

¹ O livro adota a grafia *Uíge* para a cidade e também para a diocese do *Uíje*.

na reintegração dos retornados na Diocese do Uíge. Além desses objetivos, a pesquisa buscou, a partir dos resultados obtidos, fazer algumas recomendações e sugestões sobre os desafios e as implicações da mobilidade humana nas zonas transfronteiriças, como é o caso da Diocese do Uíge, e também sugerir o tipo de respostas que podem ser dadas e as pistas para tornar mais eficientes as estruturas pastorais e sociais que lidam com questões de mobilidade humana.

A pesquisa consistiu na recolha de informação no terreno – através de entrevistas, questionários, conversas informais e discussões de grupo, visitas aos lugares de reassentamento de retornados – e de fontes documentais, relatórios, documentos e artigos de organizações nacionais e internacionais e *Assessments* de agências internacionais.

A coleta de informação no terreno se deu entre os dias 1º e 31 de julho de 2015. As quatro semanas foram passadas na cidade de Uíge, capital da Província e sede da Diocese do Uíge. Além disso, realizaram-se breves estadias de trabalho nos municípios de Damba, Songo, Kimbele, Sanza Pombo e Maquela do Zombo. Embora Uíge conte com mais municípios, foram selecionados estes devido à relevância no acolhimento de retornados². A pesquisa de campo incluiu também uma ida à Vila de Kimpango,

² Incluímos também Sanza Pombo, não por terem recebido especialmente um número significativo de retornados, mas para adquirir informações sobre a experiência de Angolanos no Congo. Contamos nesse com a colaboração preciosa do Padre Maila que, enquanto sacerdote, viveu muitos anos na RDC e tinha um conhecimento profundo sobre a presença de angolanos naquele país.

na RDC, para um encontro com membros da diocese de Kisantu que trabalham na pastoral das migrações³.

Na visita de campo privilegiaram-se os contatos com retornados de várias gerações, com responsáveis da pastoral das migrações da Diocese do Uíge – sacerdotes, religiosos, catequistas e leigos, alguns responsáveis pelos retornados nas administrações locais, associações e organizações de retornados⁴.

No encontro com os retornados procurou-se explorar o trajeto do retorno: decisão de regresso, os meios, locais de assentamento e de transição e locais de destino. Exploraram-se também os processos de integração – estratégias, redes sociais e familiares, adaptação e criatividade na reconstrução do cotidiano após o regresso, bem como dificuldades sociais, econômicas e culturais, que incluem barreiras burocráticas e políticas. Ainda com os retornados, foram selecionados aleatoriamente indivíduos para entrevistas em profundidade, que trouxeram à luz detalhes sobre o percurso de retorno e as estratégias de reintegração; foram selecionados também alguns retornados dos Bairros Papelão (zona I e II), Mbemba-Ngango, Bem-Vindo e Quituma para preenchimento de um questionário sobre “trajetos e reintegração”, uma vez

³ No caso concreto foi um encontro com a Ir. Marizeti Garbin, missionária scalabriniana, que desenvolve projetos com migrantes angolanos no Congo, especialmente nas fronteiras.

⁴ Alguns dos responsáveis contactados também foram refugiados ou migrantes do Congo e, em Angola, trabalhavam com os retornados.

que foi nesses bairros que se encontrava a maior parte dos retornados. Além disso, a maioria dos participantes da pesquisa estava inserida em comunidades e paróquias da cidade-capital, Uíge, e isso facilitou em termos logísticos.

Nas entrevistas com sacerdotes, religiosos e catequistas explorou-se o tipo de assistência humanitária prestado aos retornados, especialmente aos que foram repatriados compulsivamente em 2009. Além da ajuda inicial, a de emergência, adquiriu-se mais informação sobre os programas e projetos de assistência para o assentamento e reintegração de retornados.

No encontro com as autoridades administrativas e de serviços públicos, explorou-se o tipo de apoio social prestado aos retornados, os planos e as estratégias de assentamentos presentes e futuros: distribuição de terrenos para construção de habitações e para cultivo, apoios na lavoura, documentação, educação das crianças e apoio aos idosos.

Nos poucos contatos com as autoridades policiais e o Serviço de Emigração e Fronteira adquirimos informação geral sobre os fluxos migratórios e os desafios dos controles das fronteiras⁵. Nas entrevistas com organizações

⁵ Não foi possível ter contato com a vice-governadora responsável pela área social do governo da província do Uíge, nem com as autoridades policiais dos serviços de migração e fronteira. Estes últimos embora tenham sido contatados alegaram que só podiam dar alguma informação com uma autorização expressa do governo provincial por se tratar de situação que interfere com a segurança do Estado Angolano. Tivemos no entanto possibilidade de contatar informalmente elementos dos

e associações de retornados, tratou-se, além de seu funcionamento, a sua utilidade como plataformas através das quais os retornados se reintegram.

Na visita ao Kimpango, RDC, tivemos um encontro com uma equipe que trabalha com refugiados e imigrantes angolanos na diocese de Kinsantu, também na RDC. Além da partilha e do intercâmbio de experiências e informação, o encontro complementou a informação que se tinha sobre o processo de retorno dos angolanos, abrindo possibilidade de um *follow up* entre a partida dos retornados da RDC e a sua integração em Angola.

Embora a Igreja Católica em Angola tivesse prestado de alguma maneira apoios a refugiados e deslocados, especialmente durante a guerra civil, só a partir de 2011 a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe criou uma Comissão Pastoral para migrantes e itinerantes a nível da Conferência Episcopal⁶. Essa comissão foi impulsionada, em parte, pela presença e trabalho das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabriananas (MSCS), cujo serviço com migrantes e itinerantes está no

serviços de migração que contextualizaram a situação dos fluxos migratórios na província do Uíge.

⁶ Um dos impulsos para a criação dessa comissão decorreu da presença da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabriananas (MSCS) em Angola cujo Carisma e Missão incide justamente sobre a população migrante. É de destacar a presença da Irmã Marlene Wildner que foi diretora nacional em Angola do Serviço dos Jesuítas aos Refugiados nos últimos anos da guerra civil angolana; através dela as Irmãs MSCS instalaram-se em Angola, em 2000, e iniciou um trabalho pastoral começando por montar um secretariado nacional executivo.

centro do seu carisma e tradição. É também a presença das Irmãs MSCS que está a impulsionar a pastoral dos migrantes na Diocese do Uíge. Esse trabalho de pesquisa sobre a integração dos retornados vindos da RDC vem, em parte, no seguimento que a Pastoral dos migrantes e itinerantes vai adquirindo, ainda que a nível local, no contexto da organização pastoral da Igreja em Angola.

Esse trabalho é eminentemente descritivo e informativo já que um dos seus objetivos é apresentar algumas sugestões sobre como organizar um serviço de apoio aos migrantes no conjunto da Pastoral de uma Igreja Local que pode servir como experiência piloto para outras Igrejas, especialmente as que estão localizadas nas zonas de fronteira. O material recolhido durante a pesquisa não foi todo usado na elaboração desse trabalho por dois motivos: a natureza dessa primeira publicação é mais parecida a um relatório – embora mais detalhado – centrado antes de tudo no significado da migração e nas implicações do cotidiano das pessoas bem como no desafio que a migração representa para as instituições do Estado. E como a Igreja pode responder enquanto instituição que promove a dignidade humana. Uma outra publicação de natureza científica e com um tratamento mais adequado dos dados de acordo com a metodologia usada nas ciências sociais dentro do debate dos estudos sobre migrações virá a seguir⁷.

⁷ Além deste trabalho já foi publicado um artigo: INGLÊS, Paulo. Credo, crédito e género: economia do afeto entre mulheres retornadas.

1. MOVIMENTAÇÃO ENTRE ANGOLA E RDC: CONTEXTO E HISTÓRIA

A movimentação de pessoas entre Angola e RDC tem uma longa tradição. Situando-se apenas no século XX, com a conhecida revolta de Álvaro Buta em Mbanza-Congo⁸, em 1913, já se assiste à ida de angolanos para o então Congo Belga, no outro lado da fronteira. Segundo se depreende da entrevista com o Professor Malungo, ele próprio retornado da RDC, a ida de Angolanos para o Congo se tornara um hábito sempre que as condições econômicas e políticas se agravavam. Os motivos que levavam os angolanos a cruzarem a fronteira variavam de acordo com as circunstâncias políticas, sociais e econômicas das aldeias ou da região. No início do século XX, quando Angola era uma colônia portuguesa,

⁸ Ver, por exemplo: CORREIA, Roberto. *Angola Datas e Fatos - 4º volume (1912/1961)* e OLIVEIRA, José Carlos de. *Os Zombo e o futuro (Nzil'a Bazombo)*: na tradição, na colônia e na independência.

fugia-se do recrutamento para o trabalho de contratado nas plantações das Ilhas de São Tomé e Príncipe, um arquipélago sob administração colonial portuguesa. Uma das revoltas de Álvaro Buta, um soba⁹ no atual Mbanza-Congo, era justamente contra o envio de mão de obra, os contratados, para as plantações de São Tomé¹⁰.

Nos anos 20 fugia-se da carga pesada dos impostos cobrados aos camponeses pelas autoridades administrativas portuguesas, o conhecido “imposto da palhota”. Nos anos quarenta e cinquenta fugia-se do trabalho semiforçado nas plantações de café que, entretanto, passara a ser explorado com mais intensidade no norte do país, especialmente nas regiões que atualmente integram a província do Uíge. Ainda nessa altura, o confisco de terras por parte das autoridades administrativas e de fazendeiros de café aumentou também o êxodo da população para o outro lado fronteira¹¹. Nos anos sessenta e setenta, fugia-se da guerra colonial, sobretudo entre a FNLA¹², movimento

⁹ Soba: Chefe de povoado ou de pequeno estado africano.

¹⁰ É uma ilha no Atlântico Sul junto à Costa Africana e que esteve até a sua independência em 1975 sob administração colonial Portuguesa. Era conhecida por ser ilha de plantação num regime de trabalho escravo e semi-escravo, sobretudo de africanos levados do continente (muitos de outras colônias portuguesas da África) até bem dentro do século XX.

¹¹ BENDER, Gerald J. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*; PEREIRA, Luena. *Etnias de Fronteira e questão nacional: o caso dos “regressados” de Angola*.

¹² FNLA, Frente Nacional para Libertação de Angola foi um movimento nacionalista angolano fundado em meados dos anos 50 do século XX entre os refugiados e emigrantes angolanos no então Zaire, a atual

oriundo na região norte de Angola e entre os refugiados angolanos na RDC, e o exército português. Entre os finais dos anos 70 até finais dos anos 90 fugia-se da guerra civil. Essas movimentações eram intercaladas com fases de regresso massivo depois que as causas geradoras da fuga desaparecessem. Assim, temos o retorno em meados dos anos 70, depois do fim da guerra colonial e com o reinício da guerra civil, uma nova vaga de refugiados para a RDC. No início dos anos 90, com a assinatura dos acordos de paz entre o governo e a UNITA, houve uma vaga de retornados angolanos da RDC, que se seguiu, entretanto, a uma nova fuga para a RDC quando a guerra civil reacendeu no final de 1992. Com o fim do conflito armado em 2002, começou um processo de retorno de muitos angolanos que, em alguns casos, faziam parte da segunda geração de seus descendentes.

Além das causas descritas acima, houve também mobilidade em busca de emprego, formação escolar – ensino básico, profissional ou universitário –, reunião familiar, exílio por questões políticas ou administrativas. Pode-se dizer, portanto, que, entre 1913, quando deflagrou o conflito de Álvaro Buta contra os portugueses, e o fim da guerra civil, em 2002, houve uma constante ida e volta de angolanos entre seu país e a RDC. Nem sempre esse movimento foi forçado, portanto, nem sempre foi em

República Democrática do Congo. A FNLA é atualmente um partido político com cadeiras no Parlamento angolano.

busca de refúgio no sentido empregado pela convenção de Genebra. O mais apropriado seria falar em *migração constante* ou *contínua*, com alguns períodos em que estas migrações eram forçadas tanto na ida como no regresso.

Essa perspectiva permite situar a mobilidade entre Angola e RDC não apenas como resultado de ameaças ou conflitos (violentos), mas como parte de um processo longo de configuração e reconfiguração da geografia social e política dos dois lados da fronteira. Permite também ver a migração, ou a sua possibilidade, não apenas como causadora de vítimas, mas também como um recurso de que as populações dispunham para lidarem com condições adversas, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais; permite ainda ter uma visão ao mesmo tempo diacrônica e sincrônica da mobilidade: diacrônica porque aponta para uma perspectiva histórica e longitudinal bem como por causa da complexidade da mobilidade – origens, tipologias, cronologia e impactos de longo prazo; mas também permite uma visão sincrônica, isto é, as dinâmicas da movimentação de pessoas num período concreto e circunscrito num espaço. Este aspecto sincrônico ajuda a estabelecer relações próximas com outros fenômenos que ocorrerem na mesma época, por exemplo: mudanças políticas bruscas que resultaram, muitas vezes, em conflitos armados e desembocaram em movimentações de pessoas; crises econômicas, também bruscas, que originaram novas movimentações de

definir ou circunscrever a ação dos migrantes, tais como “refugiados”, “retornados”, “regressados” e “exilados”. Desta forma, pôr o foco nas ações dos migrantes permite não só explorar as condições em que a decisões de migrar foram tomadas, mas também os constrangimentos e as consequências da mobilidade.

2. IDENTIDADE E MOBILIDADE: ENTRE O PASSADO E O FUTURO



Figura 2. Mapa do Uíge

A província do Uíge que se localiza na fronteira Norte de Angola com a República Democrática do Congo, a sudeste, insere-se dentro da região Bacongo

(Fig. 2)¹³. Apesar do *bacongo* designar uma aglomeração etnolinguística e o termo ter sido usado na linguagem comum, inclusive em meios científicos, para designar uma realidade etnocultural de origem, isso não traduz, de fato, a existência de uma realidade antropológica homogênea ou ausente de nuances em toda região¹⁴. É frequente identificar, em abstrato, um substrato cultural comum do quicongo em decorrência da convivência, durante séculos, de diferentes povos e grupos sociais sob uma monarquia unificadora e dominante, o Reino do Congo, cujo apogeu se verifica no século XV. Pondo de parte a imagem mítica de um reino poderoso e unificado, convém ressaltar que se tratava sobretudo de uma conglomeração de pequenos estados e povoados cujos chefes prestavam vassalagem ao rei do Congo. A sede real localizava-se em Mbanza-Congo e os territórios que abarcavam o reino iam do centro litoral de Angola (sul de Luanda) até Gabão, englobando parte de Angola, RDC, República do Congo e Gabão (Fig. 3).

À medida que o reino do Congo foi perdendo influência política, a partir do século XVII¹⁵, os povos que estiveram sob o seu domínio foram ganhando autonomia e influência política, emergindo, como o caso de Luanda, em centro do poder político, militar e econômico.

¹³ Convém notar que dentro do território da província do Uíge existem comunidades de outros grupos etnolinguísticos.

¹⁴ TALI, Jean-Michel Mabeko. La «chasse aux Zairois» à Luanda.

¹⁵ Ver sobre a perda de poder do reino do Congo em: THORNTON, John. *Warfare in Atlantic Africa*.



Figura 3. Fronteira entre Congo Central e Angola

Os povos dos territórios que permaneceram sob o então reino do Congo por mais tempo, atualmente localizados nas províncias do Uíge, Zaire e Cabinda, na parte angolana, e na atual província do Congo Central, na parte da República Democrática do Congo, estreitaram as suas relações sociais, econômicas, políticas e, mais tarde, religiosas; essas relações contribuíram para sedimentar laços mais duradouros. Para estes laços concorreram, além da proximidade geográfica, a sedimentação de uma língua veicular, o quicongo, as constantes migrações e respectivas trocas comerciais, a Evangelização cristã – primeiro a Católica e, mais tarde, a Evangélica – que, misturando-se com religiões tradicionais africanas, deram origem a certas religiões sincréticas. Outro elemento importante é a herança de certas formas tradicionais de

parentesco. É de destacar entre os vários elementos que compõem o acervo patrimonial bacongo a língua quicongo, o “mukongo”, cujo plural, “bakongo”, deu origem à nomenclatura etnolinguística, Bacongo¹⁶. É importante salientar a ambivalência do termo bacongo já que, por um lado, descreve as características partilhadas por um grupo de indivíduos e pelas quais esse mesmo grupo configura o seu sentido de identidade e pertença; por outro lado, *bacongo* se refere também a um “ideal de comunidade” em que se projetam memórias – vividas ou imaginadas – e um tipo de sociedade a realizar-se não politicamente, mas pelo menos social e economicamente. No primeiro caso temos a experiência histórica de interação que resultou naquilo que hoje podemos designar de “cultura bacongo”, sem com isso significar, como já se assinalou, um grupo homogêneo ou isento de tensões identitárias, sociais e políticas que se mostram, especialmente, nos momentos de crise. O segundo caso se refere a um projeto das elites, especialmente políticas, baseado na crença da existência de uma nação bacongo ou identidade bacongo, disseminada em vários territórios; essa crença é muitas vezes usada como um recurso para reivindicações políticas ou econômicas mesmo que sob o argumento de uma convergência cultural, baseada nos elementos que já indicamos.

¹⁶ TALI, Jean-Michel Mabeko. La «chasse aux...», p. 72.

Em qualquer uma das duas possíveis percepções sobre o que significa ser baongo, a mobilidade – como busca de refúgio, simples migração ou retorno – teve um papel de destaque: as idas e vindas entre um e outro lado da fronteira permitiu convivência, entreajuda, criação de laços – inclusive de parentesco – sedimentou hábitos; houve aprendizagens e resiliências em relação ao desafio da migração. A migração não é, por isso e especialmente nesse contexto, apenas só um problema social. Pode ter sido e ainda é uma forma de se lidar com transformações a nível local e, por paradoxal que pareça, pode ser resultado destas transformações.

3. PROXIMIDADE: GEOGRAFIAS SOCIAIS VERSUS GEOGRAFIA POLÍTICA

A proximidade geográfica terá facilitado a migração dos angolanos para a RDC, especialmente nas aldeias junto à fronteira, como dá conta a entrevista com Pe. Masidivinga, originário de uma aldeia perto de Kimbata, que faz fronteira com Kimpango: “quando éramos miúdos, ir à RDC era quase um desejo de todos. Era perto, era só cruzar a fronteira. Os nossos mais velhos tinham histórias de terem ido à RDC. Alguns foram lá estudar, outros fazer negócios e havia também muitos angolanos”¹⁷.

Havia também a aproximação cultural, como já nos referimos, e a proximidade política. O senhor Nsingi Afonso, presidente da associação dos retornados no Uíge, ele próprio retornado, fala da facilidade em se ter adaptado em Kimpango quando lá chegou:

¹⁷ Entrevista com o Pe. Masidivinga.

A língua era a mesma. Só algumas palavras tinham a pronúncia diferente, mas o resto era tudo igual. Depois aprendemos lingala. Mas o lingala não era a língua de ninguém, todos aprendemos, ninguém podia dizer que a minha língua é lingala e, portanto, vocês são estrangeiros, todos aprendemos a língua. Era de uma aldeia do Mobutu, depois já passou a ser a língua de todos¹⁸.

A facilidade na comunicação ajudou a integração, já que o quicongo podia ser usado como língua de comunicação, pelo menos na região do Congo Central. Essa facilidade não eliminava, contudo, a percepção de estrangeiro que tanto os refugiados como os residentes tinham um do outro. O senhor Nsingi Afonso disse na entrevista que os angolanos se identificavam entre si como angolanos, mas também eram identificados pelos residentes como estrangeiros:

Falávamos a mesma língua, mas também sabíamos que éramos estrangeiros. Eles eram congoleses e angolanos. Mesmo os filhos daqueles de casamentos mistos entre angolanos e congoleses sabiam que ou meu pai é angolano ou a minha mãe é angolana¹⁹.

Os entrevistados deram relevo à “proximidade cultural” entre os habitantes dos dois lados da fronteira que partilham o mesmo grupo etnolinguístico, *bakongos* – as províncias do Zaire, Uíge e Cabinda na parte angolana e a província do Congo Central (antigo Bas-kongo) da parte

¹⁸ Entrevista com o senhor Nsingui Afonso.

¹⁹ Idem.

da RDC. Essa proximidade cultural era descrita, para além da língua, como os hábitos alimentares – uso da farinha de mandioca como base alimentar – organização familiar – a ascendência matrilinear, a religião cristã (católica e protestante misturada com elementos das religiões tradicionais africanas). Essa proximidade, no entanto, convivia com a consciência que os refugiados tinham de que eram não-congoleses e de que eram vistos pelos congoleses como estrangeiros. Essa aparente contradição relativiza a primazia das identidades etnolinguísticas sobre as identidades nacionais. Foi por isso que insistimos mais acima, que as identidades não eram garantidas em princípio, mas eram fruto de um processo longo e estavam sujeitas a diferentes desafios, em parte decorrentes da própria migração. As várias formas de identidades, ainda que predominantes em alguns casos das entrevistas, parecem ser apenas recursos que eram ativados de acordo com as circunstâncias concretas em que se encontravam os indivíduos ou os grupos.

Quando aconteceu a expulsão compulsiva de angolanos em 2009, como veremos mais adiante, os refugiados foram expulsos por serem angolanos, independentemente da pertença ao grupo etnolinguístico bacongo. Essa flexibilidade na percepção das identidades no contexto da migração foi um dos resultados da pesquisa: a busca de um cotidiano estável, habitação e sustento eram mais importantes, como se dizia nas entrevistas,

do que a necessidade de construir ou aprofundar laços identitários.

3.1. ACOLHIMENTO NA RDC: ENTRE AS AMBIGUIDADES POLÍTICAS E AS VANTAGENS CULTURAIS

Quando se perguntou sobre a integração e o acolhimento dos refugiados angolanos na RDC, a opinião dominante nas entrevistas era a de que tinham sido bem acolhidos ou que estavam integrados. Na entrevista com Alfredo Kapitia, soba no bairro 14 de Abril, situado na sede do município do Songo, destaca a estrutura do acolhimento. Alfredo Kapitia saiu de seu município, em Angola, em 1965 e tinha 14 anos. O pai era membro do exército de guerrilha da FNLA; mais tarde ele e a família tiveram de fugir porque os familiares dos guerrilheiros estavam sendo perseguidos pelas autoridades portuguesas:

Tivemos que fugir de Angola... aqui não se podia viver. Quando saímos daqui, lá já havia uma estrutura de acolhimento. Até parecia que estavam à nossa espera. As organizações, as Igrejas e até o próprio governo da RDC. Alguns conseguiam logo emprego, outros iam trabalhar para os campos²⁰.

A menção às “estruturas de acolhimento” que aparece na entrevista é reiterada em outras entrevistas. Provavelmente se refere, por exemplo, à Cruz Vermelha Internacional, às organizações das Igrejas Católica e

²⁰ Entrevista com o soba Alfredo Kapitia.

Evangélicas e outras Agências Internacionais, como o ACNUR, que se empenharam em acolher os refugiados. No entanto, além dessas organizações, tal como aparece na entrevista, faz-se referência ao “próprio governo da RDC”. Essa referência ao governo como tendo também preparado a recepção de refugiados angolanos está presente de modo explícito ou implícito nas entrevistas. Padre Maila e o senhor Nsingui fizeram referência ao ambiente que deve ter facilitado a chegada dos refugiados. Por exemplo, com o deflagrar da guerra anticolonial no início dos anos 60, o primeiro presidente da RDC, Joseph Kasavubu, originário da província de Baixo-Congo, deu instruções para o acolhimento de Angolanos que fugiam da guerra em Angola²¹.

Esse ambiente político que favorecia o acolhimento de Angolanos era propiciado por alegadas alianças políticas entre a FNLA, que se originara no seio da comunidade de refugiados angolanos no Baixo-Congo e Kinshasa (antiga cidade de Leopoldville e atualmente capital da RDC), e o partido político fundado por Kasavubu²². Mais tarde, quando Mobutu substituiu Kasavubu e se tornou

²¹ Entrevista com Pe. Maila.

²² Joseph Kasavubu foi o fundador, nos anos ‘50 do século XX, da ABAKO (Aliança dos Bacongo) que se apresentava como uma “associação dos bacongos para a unificação, conservação e expansão da língua quicongo”. Esta associação que mais tarde se tornara um partido foi, de fato, uma das primeiras organizações nacionalistas a lutar pelo fim do colonialismo belga na RDC. O presidente da ABAKO, Joseph Kasavubu se tornaria o primeiro presidente da República Democrática do Congo.

presidente da RDC, as condições políticas de acolhimento de angolanos na RDC não sofreriam grandes mudanças segundo alguns entrevistados²³, devido, em parte, aos laços políticos (e familiares) entre o líder da FNLA, o angolano Holden Roberto e o presidente da RDC à época, então Zaire. Esse ambiente político seguramente pode ter contribuído para que a chegada e a recepção de refugiados não fosse hostilizada politicamente. No entanto, um ambiente político favorável, tal como as afinidades etnolinguísticas e a proximidade geográfica não explicam isoladamente a facilidade da integração, mas, provavelmente, como veremos mais abaixo, são as combinações desses fatores que terão contribuído para a integração.

Outro elemento que sobressai nas entrevistas é a possibilidade de os refugiados angolanos conseguirem emprego após a sua chegada à RDC:

Meu pai era camponês na nossa aldeia, mas quando foi para o Congo conseguiu trabalho em Kwilu-Ngongo, numa serralharia. Aí, conseguimos também estudar. A vida não era difícil, porque embora não era a nossa terra, tínhamos uma vida normal... e muitos angolanos conseguiram trabalho em Kwilu-Ngongo²⁴.

²³ Embora o novo presidente Mobutu dissolvera a ABAKO ao instalar um sistema de partido único e ao desconfiar da vertente etnicista do mesmo, a ABAKO atualmente continua como partido político cujas siglas significam apenas Aliança dos Construtores do Congo (Alliance des Bâtisseurs du Kongo).

²⁴ Entrevista ao senhor Matete, retornado.

Essa facilidade decorreu, em parte, do impulso da industrialização que seguiu à Segunda Guerra Mundial, especialmente no setor mineiro, que demandava mão de obra. Por outro lado, o ambiente de contestação social que se vivia na RDC ainda sob a colonização belga e que resultaria na independência, impulsionava que os naturais congolese fossem integrados também na administração de empresas e no funcionalismo público. Estes lugares para funcionários e administradores eram concorridos, sobretudo pelo estrato educado que vinha da escola pública e das escolas cristãs, tanto católicas como evangélicas²⁵. Os trabalhos menos remunerados eram ocupados por elementos com baixa educação ou que emigravam das zonas rurais para as cidades ou, em algum período, por refugiados angolanos. Os trabalhos manuais como carpintaria, serralharia, mecânica e alfaiataria absorviam a mão de obra que a situação de refugiado proporcionava. Estes serviços eram prestados às grandes companhias que ainda usavam o modelo de complexos agroindustriais usado em outras partes da África, especialmente no setor mineiro: esses complexos industriais integravam partes

²⁵ O presidente da ABAKO, como notamos acima, estudara num seminário católico, embora, mais tarde, se aliasse à Igreja Kimbanguista, um movimento religioso sincrético com grande implantação na zona do Baixo-Congo que, juntamente com os sindicatos, pressionava o governo colonial belga a favor da Independência da RDC.

fabris, mas também aldeamentos para os trabalhadores com os serviços de educação e saúde integrados²⁶.

Uma referência constante nas entrevistas como um dos principais empregadores é a *Compagnie sucrière Kwilu-Ngongo*, sucursal de uma companhia belga, fundada em 1925²⁷. Vários angolanos eram empregados dessa companhia. O Porto Fluvial de Matadi e os Caminhos-de-ferro foram outros empreendimentos que atraíram mão de obra angolana. Os primeiros refugiados participaram nos serviços de extensão da rede ferroviária e rodoviária; o desenvolvimento dos transportes e das comunicações também aumentou a atividade industrial, quer no setor mineiro, quer no setor agroindustrial, e muitos destes empreendimentos estavam localizados na região do Baixo Congo. Se, por um lado, esse fator facilitou a integração dos emigrantes, por outro pode ter funcionado como “efeito chamada”: muitos angolanos podiam recorrer a esta zona, não apenas por causa dos conflitos, mas também porque viam ali a possibilidade de melhorar as condições de vida: emprego, habitação, saúde e educação.

Esse último aspecto nos conduz mais uma vez à observação referida mais acima, de que a integração de

²⁶ Os benefícios para os trabalhadores foram integrados a partir de 1947, quando se deu a reforma laboral, sob pressão de contestação política e social já no contexto das lutas pela independência. Sobre isso ver: TALI, Jean-Michel Mabeko. *Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês*.

²⁷ COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*.

refugiados no Congo é uma combinação de vários fatores: história partilhada, afinidades culturais e políticas e, provavelmente, empregabilidade.

Finalmente outro elemento que também predomina nas entrevistas, especialmente no que se refere ao acolhimento e integração, é o papel de comunidades cristãs. Alguns entrevistados salientam que, independentemente de serem Católicos, Protestantes ou de Igrejas Africanas – Tocoista, Kimbanguista, foram acolhidos dentro destas comunidades. É certo que havia uma ligação entre comunidades religiosas que existiam na RDC e as de Angola, especialmente entre as comunidades das Igrejas Protestantes. Essas ligações eram diversas. Alguns angolanos refugiados de Angola e que eram membros ativos nas suas comunidades continuaram a exercer a mesma atividade: por exemplo, catequistas, pastores e líderes das comunidades.

Outro “fator chamada” deve ter sido a educação das crianças. Muitos refugiados enviavam os seus filhos aos cuidados das Missões ou internatos onde recebiam formação escolar profissional além, evidentemente, da formação religiosa:

O meu pai enviou-me para uma escola dos jesuítas. Não sei como é que ele conseguiu meter-me lá, porque ele não tinha muito dinheiro. Mas sempre pensou que era bom ter uma boa educação. Talvez ele pensasse que eu queria ser padre. Depois, quando acabei o ensino secundário, eu disse que

não queria ser padre. Então entrei na universidade também dos jesuítas para estudar economia e relações internacionais. O meu pai não deixou riqueza, mas o mais importante que ele me deixou foi o de ter me enviado a uma boa escola onde tive uma boa formação²⁸.

Mais adiante o mesmo entrevistado disse que o pai era motorista na Missão dos Jesuítas e talvez por isso conseguira matricular o filho na escola dos jesuítas. Refugiados que estiveram ligados a comunidades religiosas em Angola devem ter procurado integrar-se em comunidades correspondentes na RDC. Nas entrevistas este aspecto não é claro se era uma estratégia para a integração ou uma maneira de recriar “comunidades angolanas na diáspora ou exílio” e, dessa maneira, manter o vínculo com a terra de origem.

O testemunho de Ntunga Katango aponta para uma relação diferente com as comunidades religiosas durante o tempo de refúgio. Embora tivesse nascido em Angola, refugiou-se na RDC ainda muito criança com os pais e estudou num internato feminino; apesar de ter sentido vocação para a Vida Religiosa não a seguiu, porque, depois da morte do pai e sendo a filha mais velha, tinha que cuidar dos irmãos pequenos. Fez o curso de enfermagem, especialidade materno-infantil, em Kinshasa. Depois do estágio profissional trabalhou como enfermeira num hospital na RDC.

²⁸ Entrevista com Domingos, Kimbele.

As comunidades cristãs podem ter sido um recurso no qual os refugiados se apoiaram para reconstruírem o seu cotidiano ou um meio através do qual deram um sentido de “continuidade” à sua situação de refugiado: apesar da ruptura que pode significar deixar a terra de origem, pertencer a uma comunidade cristã no lugar de acolhimento, percebida como parte de uma *comunidade universal* ou, como se disse na entrevista, que “está em todas as partes” pode ter ajudado a integração. Por outro lado, algumas instituições de carácter social que ofereciam serviços aos refugiados pertenciam à Igreja Católica. O Padre Maila afirmou na entrevista que 10% do clero de Kinshasa eram ou angolanos ou descendentes de angolanos, isto é, filhos de angolanos que tinham emigrado ainda nos anos trinta e quarenta do século XX. Mais uma vez, será necessário separar o fator religioso – crenças individuais dos refugiados – da pertença às comunidades ou grupos ligados à Igreja e ser beneficiário de um serviço oferecido por alguma instituição ligada à Igreja. Nas entrevistas estes fatores parecem estar interligados e, outras vezes, indistintos. Seja como for, o importante para a pesquisa é o efeito que estas ligações tiveram no processo da integração.

A maior parte dos entrevistados, como também veremos mais adiante, viveram em aldeias e não em campos de refugiados. Pode haver uma grande diferença no processo de integração quer no lugar onde se viveu

como refugiado quer a seguir como repatriado²⁹. Existiu a experiência de refugiados angolanos em campos de refugiados no Congo partir de 1999, ainda durante a guerra civil, quando milhares de angolanos, especialmente da Província de Zaire (Mbanza-Congo), atravessaram a fronteira para o lado congolês e foram agrupados nos campos de Nkondo e de Kilueka administrado pelo ACNUR³⁰. Estes campos seriam desativados através de um processo de repatriação dos seus habitantes, coordenada pelo ACNUR a partir de 2002. O mesmo se pode dizer de outras experiências de angolanos que viveram em campos de refugiados, como por exemplo na Zâmbia, nos campos de Maheba e Mayukwayukwa³¹.

²⁹ Sobre a diferença entre os refugiados que viveram inseridos nas aldeias e aqueles que viveram nos campos ver o trabalho já clássico: MALKKI, Liisa H. *Purity and exile*. Violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania.

³⁰ TALIO, Virginie. Le rapatriement des réfugiés angolais: glissements d'une catégorie à une autre.

³¹ Sobre a experiência de angolanos nos campos de refugiados da Zâmbia ver, por exemplo: INHETVEEN, Katharina. Die politische Ordnung des Flüchtlingslagers; Sobre a integração de ex-refugiados vindos especialmente da Zâmbia ver, por exemplo: MELO, André Joaquim. Regresso a uma vida melhor: a integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola.

4. TRAJETOS E ASSENTAMENTOS: HISTÓRIAS DE VIDAS NA RDC

Tal como se disse na primeira parte do livro, o movimento entre Angola e Congo data do primeiro quartil do século XX. Nas entrevistas com retornados angolanos encontramos testemunhos que falam de terem visto ou terem sido acolhidos na RDC por angolanos “mais-velhos”, ainda no início dos anos ‘60. Esses testemunhos coincidem com as respostas a um questionário aplicado a 30 retornados na cidade do Uíge, dos quais 15 afirmaram terem sido acolhidos por familiares que já residiam na RDC. Nas respostas não aparecem detalhadas o tipo de relação de familiaridade; estas podiam ser relações de consanguinidade ou por afinidade – por exemplo, por casamento, ou apenas de vizinhança como o fato de ser da mesma aldeia ou pertencer ao mesmo sobado³². Além

³² Sobado refere-se à circunscrição territorial sob a autoridade de um chefe tradicional.

disso, ainda segundo as entrevistas, alguns angolanos iam para a RDC sob recomendação de sobas ou de catequistas. Essa relação terá contribuído para a criação de um ambiente que teria facilitado a integração dos angolanos na RDC. Embora não se possa concluir que existisse um único padrão que caracterizasse os trajetos de Angola para RDC, ainda assim se pode inferir, com as devidas cautelas, que as características citadas na primeira parte deste livro, isto é, a combinação entre a proximidade geográfica, *background* cultural, conjuntura política, afinidades entre líderes – políticos, religiosos e tradicionais – dos dois lados da fronteira, terão resultado numa tipologia de trajetos de que passaremos a apresentar algumas características decorrentes tanto das narrativas dos retornados como do resultado dos questionários e de algumas fontes documentais.

4.1. IMIGRAÇÃO E EMPREGABILIDADE: TRAJETOS E INTEGRAÇÃO

Embora a maior parte da mobilidade a partir de 1960 tenha ocorrido em ambiente de conflito armado, especialmente em Angola, a decisão de emigrar esteve também ligada a razões econômicas. Nas entrevistas e nos questionários há uma coincidência entre o “conseguir emprego” e o “sentir-se integrado”:

Saí de Angola ainda criança e fui à RDC com os pais que fugiam do serviço de contratado. Na RDC estudei pedagogia e trabalhei como professor e cheguei a ser diretor de uma escola. Antes de sair da terra, Sanza-Pombo já andava na escola. Na RDC tínhamos os mesmos direitos. Construí a minha casa e constituí família. Casei-me com uma congoleza e estava bem integrado³³.

Os retornados inquiridos, onze de trinta, disseram que trabalharam no campo ou na agricultura. No entanto, um dos trabalhos a que se referiam como “agricultura”, era de fato na *Compagnie sucrière* de Kwilu-Ngongo. Tal como outros empreendimentos industriais, especialmente a indústria extrativa, tratava-se de um complexo e gigantesco assentamento agroindustrial que produzia cana-de-açúcar e produtos derivados, como o álcool. Devido ao tamanho, a empresa dispunha de assentamentos habitacionais e sociais para os trabalhadores e, por isso, prestava vários tipos de serviços. Daí a necessidade de mão de obra em diversas profissões: alfaiates, serralheiros, carpinteiros, mecânicos, pedreiros, motoristas, pintores e, evidentemente, agricultores; além de gestores, engenheiros, financeiros em diversas categorias. Muitos refugiados usufruíram desses empregos e seus filhos obtinham educação primária, secundária, profissional e, em alguns casos, educação universitária³⁴.

³³ Entrevista com Antonio Carlos Miguel, Damba, 7/7/15.

³⁴ Não consta que fosse um programa especial para os refugiados como acontece nos campos dos refugiados de grandes dimensões, mas são as próprias famílias que, uma vez integradas na sociedade (aldeias, vilas e

Os primeiros refugiados³⁵ devem ter trabalhado nos serviços menos remunerados ou que não exigiam mão de obra altamente qualificada. Nota-se no inquérito uma relação entre as pessoas com idade acima de 50 anos e a educação escolar: a formação escolar era inversamente proporcional à idade, isto é, os mais velhos sabiam apenas ler e escrever e, em alguns casos, nem esse mínimo possuíam. Aqueles que possuíam algum título universitário ou formação profissional eram filhos de pais que tiveram empregos remunerados; sobressaem filhos de pais que trabalhavam na açucareira em Kwilo-Ngongo e outros empregues nas Missões. Domingos, retornado de Kimbele, estudou no colégio dos jesuítas pois, sendo filho do empregado do colégio, teve direito a frequentar sem pagar mensalidades³⁶. Mais tarde, Domingos estudou economia e finanças. Depois de ter feito o estágio profissional, voltou para Angola e, como veremos mais abaixo, parece ter sido mais difícil começar a vida em Angola para ele como retornado do que para o seu pai como refugiado.

idades) de acolhimento, proporcionam educação aos filhos tal como os outros. Alguns refugiados tinham maior preocupação em educar os filhos com a esperança de que regressando a Angola pudessem conseguir bons empregos.

³⁵ Alguns entrevistados já eram retornados da segunda geração e portanto já não tinham muita informação do que os seus pais ou avós se dedicavam.

³⁶ Os jesuítas tiveram muitas missões na região do Congo-central (antigo Baixo-Congo) e uma parte das suas atividades foi justamente o ensino, especialmente o ensino profissional.

4.2. FORMAR FAMÍLIA: ASSENTAMENTO E INTEGRAÇÃO

Alguns retornados narram a história do trajeto familiar: aqueles que foram à RDC em busca de refúgio durante a guerra colonial, por exemplo, não tiveram de levar a família, nem os que fugiram durante a guerra de 1974-1975. A guerra colonial, que começou justamente no Uíge com uma insurreição nas plantações de café, foi, de início, uma guerra de soldados ou guerrilheiros contra civis: os guerrilheiros da FNLA atacaram fazendeiros portugueses e as respectivas famílias, muitos trabalhadores angolanos sazonais contratados desde o planalto central para trabalharem nas plantações de cafés. Como retaliação, o exército português também atacou aldeias, resultando, os dois ataques, em mortes de milhares de civis e em fuga em debandada de Angolanos para a RDC. Nessa fuga muitas famílias separaram-se ou se reuniram mais tarde. Entretanto, na RDC, muitos guerrilheiros ou antigos guerrilheiros formaram outras famílias. Durante os anos 60 e 70, há fuga para a RDC, embora a busca da segurança física fosse um fator essencial para essa mobilidade, fatores como a reunião familiar e o sustento econômico ganharam relevância.

Nas entrevistas com os retornados aparece o testemunho de mães e filhos que foram à RDC por vezes para se juntarem aos pais, ou simplesmente à procura deles; ou então, não conhecendo o paradeiro dos pais,

iam ao encontro de familiares próximos como tios e primos. A referência a um familiar no lugar de destino ajudou a integração dos refugiados, sem excluir, como também aparece nas entrevistas, tensões no seio familiar, especialmente entre famílias mistas. Essas tensões notaram-se, sobretudo, no momento do retorno. Nas respostas aos questionários, 29 dos 30 inquiridos afirmam terem deixado família na RDC. Não está especificado que tipo de relação familiar. Nas respostas sobre famílias alguns apontaram terem deixado marido ou filhos na RDC, especialmente no momento da expulsão; outros alegaram terem deixado os filhos na RDC para que pudessem terminar os estudos e, mais tarde, voltarem para Angola. No conjunto das entrevistas e dos questionários parece haver uma predominância de casamentos entre angolanos em comparação aos mistos; estes últimos parecem predominantes nas zonas de Kinshasa, onde os angolanos estavam mais disseminados.

É difícil daí concluir qual dos dois grupos estava melhor integrado; também não é claro, por exemplo, se os casamentos mistos teriam facilitado a documentação para a aquisição de estatuto de residente. Nas expulsões compulsórias, como veremos mais adiante, algumas famílias mistas foram separadas tendo causado vários constrangimentos entre os retornados. E mesmo nos casos em que os casamentos não eram mistos, se um dos membros da família não tivesse o estatuto de residente

podia ser expulso. O senhor Miguel, por exemplo, esteve casado com uma congoleza. Era professor e, mais tarde, chegou a ser diretor da escola. No momento das expulsões, em 2009, foi obrigado a deixar o território da RDC e a mulher preferiu ficar, o que resultou na separação da família. Alguns filhos ficaram na RDC com a mãe e outros voltaram para Angola³⁷. O caso do senhor Raimundo, que estando casado com uma congoleza preferiu regressar voluntariamente ao país e “arranjar condições: montar um negócio, construir casa e, depois, mandar vir os filhos e a mulher”³⁸. Provavelmente a família pode ter ajudado na integração social dos refugiados no lugar de destino, mas isso não eliminou totalmente os riscos e incertezas associados à condição de refugiados, entre as quais estão a perda do direito de permanência no território de acolhimento ou o risco de ficar na condição de apátrida.

4.3. CONGOLÊS - BACONGO - ANGOLANO: CRUZAMENTO E CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

Nas entrevistas com os retornados, especialmente com aqueles que regressaram voluntariamente, levantou-se a questão do motivo do regresso. A resposta nas entrevistas

³⁷ Entrevista com o senhor Miguel, Damba 7/7/2015. Também houve casos em que angolanos casados com congolezas vieram com as suas esposas. Nos inquéritos apareceu pelo menos um caso. Também há casos de retornados que voltaram para o Congo – talvez irregularmente – justamente para se juntarem aos seus familiares.

³⁸ Entrevista com o senhor Raimundo, Uíge, 27/7/2015.

foi, predominantemente, porque “é a minha terra”; entre os que foram expulsos foi-lhes perguntado se teriam regressado na mesma se não tivessem sido expulsos, a resposta era que não podiam separar a condição de “expulsos” da experiência de terem vivido na RDC: “mesmo que se possa dizer que estou a sofrer mais aqui do que lá, sinto uma raiva porque fui expulso como se não fosse pessoa, como um cão”³⁹.

Na entrevista com o Padre Maila, em Sanza-Pombo, que já foi referido mais acima, consta que 10% do clero diocesano de Kinshasa era de origem angolana; alguns desses sacerdotes eram filhos de refugiados ou emigrantes angolanos na RDC, anterior aos anos ‘60, portanto, eram nascidos na RDC ou refugiaram-se para lá em tenra idade. Nessa altura, tanto Angola como a RDC eram colônias europeias e, por isso, o ser angolano ou congolês foi fruto de uma construção posterior, isto é, da independência política. O que parece ter sido mais enraizado foi o que podemos designar de identidades locais associadas a afinidades etnolinguísticas e históricas. Assim, sobre esse fundo se desenvolveu a ideia de Bacongo associado a um território transfronteiriço que, em alguns momentos, serviu de pretexto para reivindicação política. Nas entrevistas, contudo, essa ideia de uma identidade comum bacongo adquire muitas nuances: pode significar uma identidade apenas etnolinguística, outras vezes apela ao seu sentido

³⁹ Entrevista com Simba Matondo, 29 anos, Damba, 7/7/2015.

político, como sendo o grupo que primeiro contestou a autoridade portuguesa; e, em alguns casos, a ideia de uma identidade bacongo é simplesmente contestada porque entre os supostos bacongo encontram-se outros subgrupos como os mazombo, bayaka etc., que, mais tarde, teriam se reagrupado no que podemos designar de Confederação bacongo.

As aldeias de origem, associadas geralmente a um *sobado*, também pesam nas configurações das identidades e, em muitos casos, mais do que o aspecto etnolinguístico. A dimensão religiosa, por exemplo, ser protestante ou católico, teve a mesma relevância que a dimensão territorial ou etnolinguística nas articulações das identidades. Pode-se dizer, por isso, que se o aspecto etnolinguístico parece ter sido importante na integração dos refugiados, contudo, esse aspecto não diminuiu a fronteira criada pelas identidades políticas como ser angolano ou ser congolês. Muitos angolanos mantiveram o seu estatuto de *refugiados*, apesar de viverem permanentemente há cerca de 30 anos na RDC. Após a primeira vaga de regresso de refugiados, em 1975, muitos deles voltaram à RDC em parte devido à inospitalidade política e militar e, em parte, segundo as entrevistas, por terem sido conotados como congolezes. Por outro lado, posto na RDC, alguns refugiados fizeram o possível para se integrarem no país, assumindo a identidade Congoleza, por via da afinidade etnolinguística bacongo.

O uso do lingala e do francês como línguas veiculares da RDC e o uso do quicongo como língua veicular na região onde se encontrava a maior parte de refugiados retirou a pressão sobre eles de terem que aprender necessariamente aquelas duas línguas para poderem se comunicar. Nas escolas as crianças aprendiam francês; no dia a dia, especialmente no comércio, aprendiam lingala e nas famílias aprendiam quicongo. Entre os entrevistados e os inquiridos há uma predominância do uso do quicongo e do lingala entre os mais novos e do uso do francês, do lingala e do quicongo entre aqueles que possuíam nível de escolaridade médio e universitário. Entre as pessoas com mais de 50 anos de idade e sem nível de escolaridade, o quicongo era a língua predominante. Embora muitos quisessem que os filhos falassem português estando na RDC para uma possível integração no caso de regressarem a Angola, as entrevistas fazem notar também que muitos refugiados não tinham o português como língua materna. Alguns entrevistados salientaram que os pais tinham receio que os filhos falassem apenas lingala e francês, daí a insistência para que falassem também quicongo e, desse modo, poderiam ao menos integrar-se com alguma facilidade nas regiões angolanas em que esta língua era falada.

Outro elemento importante no cruzamento das identidades foram as condições da ida para a RDC, especialmente em épocas de conflitos armados. Assim,

em 1961, o deflagrar da guerra anticolonial e, em 1975, a retirada da FNLA de Luanda quando muitos dos seus membros se refugiaram na RDC, foram episódios marcados por momentos dramáticos e de muita violência. Algumas saídas foram bruscas, sem tempo de preparação; outras vezes, estando a caminho para a RDC em colunas, segundo entrevistas, eram atacados por soldados:

Em 1975, depois da guerra de Luanda, militares cubanos iam em perseguição de guerrilheiros da FNLA que tentavam a todo custo chegar à RDC através da fronteira de Kimbata ou indo em direção a Sakandika. Quando viram uma coluna de civis, os militares separaram os homens do grupo e foram levados e mortos. Fomos nós que fomos enterrar os mortos, eram mais de oitocentos. O mesmo tinha acontecido em 1961, quando muitos fugiam dos portugueses. Eles usaram aviões e mataram muitos civis⁴⁰.

Muitos refugiados angolanos na RDC, segundo as entrevistas, associavam a saída de Angola com a experiência de violência extrema. É difícil dizer até que ponto esta experiência foi transmitida aos filhos ou se isso teria influenciado, por exemplo, que alguns tivessem renunciado à possibilidade de regressarem a Angola, integrando-se completamente na RDC.

Seja como for, as articulações e o cruzamento de identidades por parte dos refugiados podiam não ser determinantes para a mobilidade, mas sim para a integração

⁴⁰ Entrevista com FM, Makela do Zombo, 27/7/2015.

quer como refugiados, quer, mais tarde, como retornados. Algumas partes dessas identidades se foram articulando no decurso da própria mobilidade. Em alguns momentos, para algum grupo de refugiados, foi necessário reivindicar o ser-se bacongo, argumentando, por exemplo, que era também “mazombo”, ou mesmo angolano, para facilitar a integração; outras vezes dizer que se era *angolano*, como foi o caso dos refugiados angolanos que se instalaram em Kinshasa, podia ter vantagens no processo de integração; outras vezes afirmar-se bacongo podia ser uma maneira de se afirmar/sentir congolês. Como veremos mais tarde, a recomposição destas articulações identitárias terão consequências na decisão do retorno e algum impacto na chegada: os que foram expulsos eram vistos apenas como *angolanos ilegais*, mesmo sendo *bacongos* e residindo na área em que se partilhavam afinidades etnolinguísticas. Isso também terá tido consequência na decisão daqueles que regressaram voluntariamente.

Quando perguntados porque regressaram, a resposta era sempre que, mesmo estando bem integrados e vivendo legalmente, sentiam que eram vistos como “estrangeiros” e isso influenciou a decisão de regressar. Seria necessário aprofundar até que ponto a percepção que os congolese tinham sobre os angolanos foi a mesma, se desde o início ou no caso de ter mudado, que fatores teriam condicionado essa mudança. Vários entrevistados afirmaram que tinham sido bem recebidos pelos congolese ou que estavam

bem integrados; outros distinguiam a percepção que as autoridades tinham sobre os refugiados daquela que os cidadãos tinham no dia a dia e que podiam não coincidir. O resultado das entrevistas parece indicar, no entanto, que a mudança de atitude das autoridades, por exemplo, a ordem brusca de expulsão, parece ter influenciado o modo como os angolanos passaram a serem vistos também pelos cidadãos congolese. Parece ser o caso de uma manipulação política das identidades.

Das entrevistas com alguns retornados e dos questionários é possível separar a experiência de mobilidade de uma geração que saiu de Angola já adulta daquela outra que já teria nascido na RDC e cuja experiência de Angola foi aquela que foi transmitida no contexto familiar. Por essa razão é difícil estabelecer uma caracterização abrangente da experiência de mobilidade entre Angola e RDC, já que, enquanto para os mais velhos a experiência de terem deixado Angola, muitas vezes em contexto de violência, foi mais marcante e está mais presente nas suas narrativas, para os jovens o impacto é maior na experiência de regresso; para eles a decisão de partida forçada, o trajeto feito em condições precárias e o impacto da chegada deixaram marcas negativas mais fortes. E, nesse contexto e fazendo uma comparação, as narrativas da experiência dos jovens apresentam semelhanças com as narrativas dos mais velhos quando

deixaram Angola, especialmente no que concerne ao ambiente violento ou hostil da partida.

Embora *retornados* e *refugiados* sejam categorias usadas para descrever, classificar e gerir diferentes experiências da mobilidade, essas experiências nem sempre se coadunam, como veremos, com a classificação e, sobretudo, com o tratamento institucional em que são enquadradas, o que pode exacerbar ainda mais a situação já dramática em que se encontram muitos refugiados e retornados. A mobilidade sazonal ou experimental pode ser uma prova da ambiguidade das categorias refugiado/retornado⁴¹. Algumas entrevistas falam da experiência de vários retornos ou de várias tentativas de retorno. Em cada tentativa experimentam-se as condições de estadia e, se forem adversas, volta-se à condição de *refugiado* até que as condições materiais – habitação e forma mínima de sustento ou rendimento – garantam o básico para recomeçar a vida. Essas idas e vindas são possíveis, em parte, devido ao conhecimento que os próprios refugiados/retornados têm dos terrenos onde se movem e dos quais

⁴¹ Em conversa com a Ir. Marizete Garbin, missionária scalabriniana, que trabalha com imigrantes angolanos que vivem no Congo, nas zonas fronteiriças, ela assinalou esse movimento de pessoas que passavam temporadas em Angola e depois regressavam. Segundo o seu testemunho, alguns tentavam arranjar emprego e documentos para viver em Angola. Quando conseguiam a regularização voltavam ao Congo e por causa de atividades comerciais, faziam esse movimento entre Congo e Angola com mais frequência. Porém, também disse que aqueles que tentavam ir pela primeira vez para conseguir a documentação, transitando clandestinamente, corriam perigo de serem assaltados no trajeto ou repatriados.

tentam retirar o máximo de proveito. Essa pode ser uma das características da movimentação entre Angola e RDC: a possibilidade de ir e vir como um recurso para lidar com as condições adversas ou do destino ou do ponto de partida. Esse ponto será desenvolvido na próxima seção em que se trata do regresso.

4.4. RETORNO: RISCOS E INCERTEZAS NA PÁTRIA IMAGINADA

Tal como já salientamos anteriormente, a cronologia da movimentação entre Angola e RDC abrange quase um século. Embora este trabalho tenha como objeto o regresso forçado em massa a partir de 2009, não o desliga, no entanto, das experiências anteriores e posteriores ao retorno forçado e nem da especificação ou tipologia de sucessivos retornos; isto é, embora o retorno forçado em massa tenha sido dentro de um contexto e período específicos, ele terá influenciado, contudo, a que outros refugiados e imigrantes decidissem regressar voluntariamente. Nesse sentido, a distinção entre o regresso “forçado” e o regresso “voluntário” é mais descritivo do que propriamente uma classificação rigorosa dessas experiências⁴². Nas entrevistas estas características também são ambíguas ou ambivalentes já

⁴² Ver por exemplo a reportagem sobre o regresso de angolanos em UNHCR. Angola Repatriation: Antonio returns home after 40 years in DR Congo.

que alguns afirmaram que regressaram voluntariamente, mas coagidos, indiretamente, pela probabilidade de serem expulsos. Esse contexto, que pode ser caracterizado como de incerteza, induziu a que muitos refugiados corressem o risco de regressar, mesmo não sabendo das condições da chegada. O que apresentamos de seguida são as condições e os meios que tornaram a decisão de regressar possível.

5. CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL QUE INFLUENCIOU A DECISÃO DAS EXPULSÕES

Nas entrevistas com os retornados e com algumas autoridades governamentais angolanas contatadas durante a pesquisa, bem como pessoas que deram apoio humanitário e logístico (angolanos e congolese), ressaltou-se que as expulsões foram menos uma decisão jurídica ou de natureza administrativa do que meramente política.

A decisão de expulsar refugiados angolanos irregulares a residir na RDC foi tomada e executada em 2009. Os primeiros expulsados apareceram de fato em Angola em outubro daquele ano, nas províncias de Cabinda, Zaire e Uíge⁴³, mas a expulsão em massa, como veremos, surgiu como reação das autoridades congolese às expulsões de cidadãos congolese de Angola.

⁴³ UNOCHA. Responde Plan.

É esse o contexto que ajuda a entender o modo como se desencadearam as expulsões. Padre Maiala apontou na entrevista que os governadores das províncias⁴⁴ que faziam fronteira com Angola – Congo Central, Bandundu, Kassai-Occidental e Katanga – não tinham como lidar, de repente, com a chegada massiva de congolese expulsos de Angola, especialmente das zonas de exploração artesanal de diamantes, nas províncias de Lunda-Norte e Lunda-Sul⁴⁵.

As expulsões de congolese que residiam em Angola não obedeceram, segundo algumas agências internacionais⁴⁶ e organizações não-governamentais, às normas e convenções internacionais que regem a movimentação de pessoas, como a Convenção de Genebra que Angola ratificou em 1981⁴⁷, nem sequer o próprio direito angolano. Um relatório das Nações Unidas refere que “entre os expulsos e as vítimas de violação dos direitos humanos estão cidadãos congolese que sendo migrantes com a situação de residência regularizada podiam viver e trabalhar em Angola”⁴⁸.

⁴⁴ São as províncias de Congo-Central, Kwango, Kassai, Kassai-Central, Lualaba. Estas províncias receberam nova denominação a partir de 2015 em decorrência da Reforma Constitucional de 2006.

⁴⁵ Deplorou-se sobretudo com as condições em que chegavam as pessoas: algumas caminhavam quase 14 dias e chegavam sem nenhum acompanhamento de organizações não governamentais e sem nenhuma afirmação prévia das autoridades angolanas.

⁴⁶ Destacam-se UNICEF, OCHA, UNHCR, Médicos Sem Fronteiras e Cruz Internacional da Cruz Vermelha. Mais adiante daremos detalhes de reportagens de cada uma destas organizações.

⁴⁷ CONVENÇÃO DE GENEBRA.

⁴⁸ UNITED NATION. Report on conflict-related sexual violence, p. 23.

As autoridades congoleesas repudiaram a situação: “não podemos aceitar que os congoleeses sejam deportados sem dignidade, mesmo que eles estejam em situação irregular”⁴⁹. Já as autoridades angolanas alegaram que os expulsos eram aqueles que cometiam atos criminosos de natureza econômica ao se dedicarem à extração ilegal de recursos minerais, nesse caso o diamante. Alegaram ainda que a entrada desses congoleeses no território nacional não ocorreu de forma ordenada e que eles não tinham solicitado o estatuto de refugiados. Dessa forma, foi descrito como uma “invasão” para exercer uma atividade tida como criminosa. Além disso, segundo as autoridades angolanas, nem todos os expulsos das zonas diamantíferas eram congoleeses, mas cidadãos de outros países da África Ocidental que aproveitavam a passagem pela RDC para chegarem a Angola sem que as autoridades da RDC os impedissem. Alguns desses cidadãos tinham entrado não apenas ilegalmente, segundo o governo angolano, mas durante o período da guerra civil em que parte desse território estava ocupada pelo então movimento guerrilheiro, a UNITA. E exploração artesanal de minerais dava à UNITA logística básica para prosseguir a guerra. O governo angolano interpretou que a participação de cidadãos estrangeiros na exploração de diamantes que

⁴⁹ IRINNEWS. Des Congolais “brutalement expulsés” d’Angola; ver também: IPS. Des Congolais refoulés de l’Angola dans des conditions humiliantes.

dava suporte logístico-militar ao seu adversário era também uma forma de agressão militar e, portanto, um assunto de natureza militar. Foi, sobretudo, o exército quem procedeu à expulsão de cidadãos congolese⁵⁰.

5.1. O TRAUMA DE UM CONFLITO NÃO-DECLARADO

O fato das agências internacionais notarem que a expulsão de imigrantes congolese de Angola tivesse sido feita pelas forças de segurança – militares e polícias de intervenção rápida – e que os expulsados eram civis desarmados, incluindo muitas mulheres e crianças, a probabilidade do uso de meios violentos era alta. Além disso, nem todos os indivíduos expulsos participavam na extração ilegal de diamantes. A pergunta de observadores, agências internacionais e ONGs, era a de saber porque é que o governo angolano recorreu ao exército para expulsar civis desarmados supostamente irregulares?

Parte da resposta está no contexto político e socioeconômico do pós-conflito angolano. A guerra terminara em 2002 e parte da estratégia das Forças Armadas Angolanas na luta contra a guerrilha da UNITA

⁵⁰ Amnistia Internacional observou, no entanto, que na província do Kassai muitos repatriados congolese quando chegavam à RDC eram presos pelas forças de segurança congolese e extorquidos em dinheiro ou diamante, já que muitos repatriados eram expulsos de zonas diamantíferas. Ver: AMNISTIA INTERNACIONAL. Public statement, News Service n. 124.

era o controle da sua logística militar. Essa logística dependia, em parte, da extração artesanal de minerais preciosos, como o diamante, nas províncias da Lunda Norte e Lunda Sul, ocupadas pela UNITA até um pouco antes do final da guerra. Nos últimos anos da guerrilha, a UNITA permitiu entrada de garimpeiros, mineiros artesanais, através da fronteira-leste de Angola, nas províncias diamantíferas da Lunda-Norte e Lunda-Sul que coincidem com as antigas províncias Congolesas de Bandundu e Kassai Ocidental⁵¹. Estes garimpeiros não eram apenas congolezes, mas também cidadãos vindos da África Ocidental⁵². Pode-se falar, portanto, de imigrantes econômicos que transitavam numa zona de conflito e de fronteiras porosas e sem quase autoridade do Estado quer o angolano, quer o congolês.

Estes imigrantes que se dedicavam primeiro à extração de diamante e viviam em cabanas precárias, com o passar do tempo foram erguendo autênticos bairros⁵³. No final de 2009, data da última expulsão destes imigrantes, já tinha passado mais de quinze anos desde os primeiros assentamentos. Pode-se dizer, portanto, que já havia uma população imigrante fixa. Posteriormente,

⁵¹ DIETRICH, Christian. UNITA's diamond mining and exporting capacity.

⁵² Uma outra pesquisa sobre “os assentamentos mineiros” permitiu vista a vários bairros erigidos por estes migrantes. Alguns entrevistados confirmaram que vinham da África Ocidental.

⁵³ A ocupação destas zonas pela UNITA começou a meados dos anos ‘90.

famílias ocorreram às zonas diamantíferas não com o intuito de fazerem extração artesanal de diamantes, mas simplesmente porque nestas zonas criaram-se assentamentos e aldeamentos com construções de casas convencionais. Havia, por isso, vida normal e, especialmente, uma intensa atividade comercial. Ao grupo inicial de migrantes econômicos que se dedicavam à extração, surgiram também atividades como barbearia, corte e costura, mecânica, eletrotécnica, venda de produtos em cantinas, restauração, construção de casas etc.

Quando as forças governamentais recuperaram estas zonas no final dos anos '90, retirando à UNITA o controle da produção e do comércio dos diamantes, começou também uma política de controle da mineração informal. Nesse controle o governo, sobretudo os militares, depararam-se com duas realidades distantes: por um lado uma multidão de mineiros informais, alguns estrangeiros e provavelmente em situações irregulares; por outro lado o governo encontrou também zonas habitacionais que tinham emergido em volta dos acampamentos desses mineiros⁵⁴.

⁵⁴ Havia também o caso de elementos das Forças Armadas Angolanas, sobretudo as altas patentes, que se tinham associado às empresas de exploração de diamantes, que viam no garimpo uma ameaça aos seus empreendimentos. O controle destas zonas mineiras que implicava a expulsão dos garimpeiros passou a ser uma prioridade. Nesse ponto confundiam-se os interesses empresariais e de negócios com as questões de segurança militar.

Estes acampamentos que se transformaram em assentamentos e, mais tarde, em zonas habitacionais, acolhiam sobretudo população imigrante, não só estrangeira, mas também de angolanos vindos de outras regiões do país. Algumas entrevistas falam de tensões entre a população migrante residente (os antigos) das aldeias circunvizinhas. Em parte se devia à perda da rota comercial, especialmente àquelas que se realizavam nas zonas fronteiriças, a favor dos imigrantes. Essa tensão teria gerado alguns confrontos entre as populações, embora sem grandes proporções.

Além do aspecto social e econômico, havia também o de natureza especificamente política: alguns dos imigrantes supostamente irregulares teriam documentos alegadamente legais, como a nacionalidade angolana que conseguiam adquirir no mercado informal de documentos. O aumento de angolanos numa zona dominada por um partido⁵⁵ que reivindicava maior autonomia administrativa e política foi interpretado pelo governo como uma ameaça à unidade territorial. Uma das consequências parece ter sido, portanto, a expulsão dos supostos imigrantes indocumentados e, com isso, o controle das áreas de

⁵⁵ PRS (Partido de Renovação Social). É um partido que reclama uma autonomia administrativa para a Região das províncias da Lunda-Sul e Lunda-Norte, sugerindo, inclusive, um sistema federal. Uma autonomia administrativa ajudaria resolver as assimetrias regionais que, no caso dessas duas províncias, são evidentes: apesar de serem as maiores produtoras da segunda fonte do maior rendimento nacional, o diamante, estão entre as províncias mais pobres do país.

exploração de minerais, além de garantir unidade territorial do Estado, sobretudo mantendo o controle político e administrativo.

É esse o contexto, como veremos, que estaria na origem da expulsão de Angola para a RDC de imigrantes, congoleses na sua maioria, da zona das Lundas através da fronteira nordeste de Angola. Essas expulsões tiveram consequências dramáticas não apenas para os expulsados, mas também para os refugiados e imigrantes angolanos sediados há muitos anos na RDC. A relação entre estes dois acontecimentos é importante para entender o contexto do que veio a acontecer a seguir, não tanto para justificar a reação do governo da RDC, mas para ressaltar os contornos político-militares que estiveram na origem das expulsões e como as populações dos dois lados, no caso concreto, se viram envolvidas em meio de um conflito do qual elas arcam as consequências.

5.2. AS EXPULSÕES COMO ARMAS DE ARREMESSO

A chegada massiva de congoleses expulsos de Angola transbordava a capacidade de resposta das autoridades locais das zonas fronteiriças do lado congolês, sobretudo para assistência alimentar e medicamentosa, essas autoridades recorreram à ajuda do Governo Central da

RDC, das Agências e ONGs e, desse modo, a situação das expulsões se tornou pública⁵⁶.

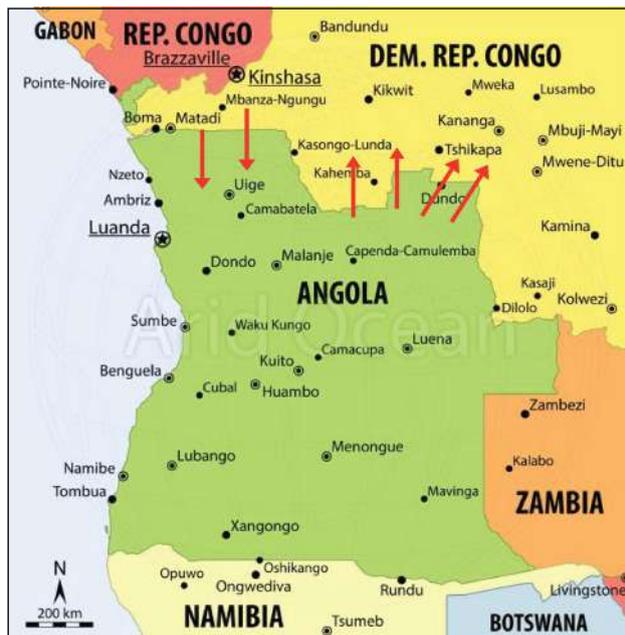


Figura 4. Expulsão Angola-RDC e RDC-Angola

No processo da expulsão, tal como foi dito, não se seguiram os procedimentos convencionados nos tratados internacionais. Direitos básicos – inclusive à vida – foram desrespeitados segundo as organizações e agências internacionais. As expulsões começaram em 2004, com a chamada operação Brilhante. Citando fontes

⁵⁶ Cf. RADIO OKAPI. Tembo: l'Angola aurait expulsé des Congolais avec violence, selon les humanitaires.

das Nações Unidas, a Amnistia Internacional fala de 100 mil expulsos de Angola em 2004⁵⁷. Alguns dos expulsados eram crianças que, depois de atravessarem a fronteira, se encontraram em situação de emergência⁵⁸.

Além de relatos de perdas de vida humanas, houve relatos de violações sexuais a mulheres e adolescentes por parte das forças de segurança de Angola⁵⁹. A organização Médicos Sem Fronteiras presente desde 2007 na província congolosa do Kassai-ocidental que faz fronteira com Angola, recolheu o testemunho de 100 mulheres congolosas expulsas. Estas mulheres relataram “abusos, detenções, violação sexual e violência física por partes de soldados angolanos antes de serem expulsas para o outro lado da fronteira”⁶⁰. Uma equipe dos Médicos Sem Fronteiras estabeleceu um posto de atendimento na vila de Kamako, uma aldeia perto da fronteira com Angola, para atender especialmente mulheres e adolescentes física e psicologicamente traumatizadas em decorrência de violações por parte de militares angolanos. As violações, segundo o testemunho recolhido junto dessas mulheres, era uma forma de dissuasão a que se regressassem à Angola⁶¹.

⁵⁷ AMNISTIA INTERNACIONAL. Public statement, News...

⁵⁸ UNICEF. Humanitarian Action Report: Partnering for children in emergencies, p. 28.

⁵⁹ RADIO OKAPI. Tembo: l’Angola aurait...

⁶⁰ MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Angola: systematic rape and violence against expelled congolese migrants, p. 1.

⁶¹ MÉDICOS SEM FRONTEIRAS, op. cit., p. 9.

Margot Wallström, representante especial das Nações Unidas para questões de abuso e violação sexual nos conflitos, produziu, em 2012, um relatório sobre conflito e violência sexual para o Secretário Geral das Nações. O alegado caso de violência em massa de mulheres e adolescentes congolezas expulsas por parte de militares angolanos foi inserido nesse relatório como um exemplo de conflito e violência sexual.

Alguns sites de notícias ligados a catástrofes e crises humanitárias⁶² informaram na época que a UNICEF⁶³, OCHA⁶⁴ e ONGs locais tinham estabelecido planos de emergência para atender os expulsados⁶⁵, ressaltaram o desgaste físico de vários dias de caminhada e longas distâncias da fronteira angolana até as primeiras aldeias congolezas.

Várias reclamações e apelos do governo da RDC, especialmente dos governos locais (as antigas províncias de Kassai Ocidental e Bandundu), ao governo angolano não foram atendidas e, como consequência, o governo congolês decidiu “retaliar” – *tratamento recíproco* – em

⁶² IRNNEWS. Des Congolais “brutalement...”

⁶³ UNICEF. Humanitarian Action Report: Partnering for children in emergencies.

⁶⁴ OCHA. Humanitarian response; OCHA. DRC: Humanitarians ease the plight of those expelled from Angola.

⁶⁵ HUMAN RIGHTS BRIEF. Reciprocal Violence: Mass Expulsions between Angola and the DRC.

relação aos alegados cidadãos angolanos irregulares⁶⁶. Ou seja, a decisão de expulsar imigrantes angolanos da RDC, especialmente os que viviam no Congo-Central, portanto, na zona etnolinguística bacongo, foi consequência da expulsão e mau trato dado aos congolese.

É certo, por outro lado, que o governo angolano tem poder de expulsar imigrantes irregulares e é responsável por velar pelo resguardo das suas fronteiras e de possíveis ameaças que decorram. É certo que estes elementos exteriores não determinam o modo como cada indivíduo ou grupo reage numa mudança brusca de cenário, mas condicionam o tipo de resposta, já que nesses contextos – tal como nos conflitos armados – é quase impossível recorrer às instituições do Estado, uma vez que são estas instituições (ou seu mau funcionamento) que, em parte, criam o cenário que origina tais adversidades. Nas entrevistas, os retornados deram relevância ao “motivo político” como causa da decisão das expulsões; no entanto o “motivo político” não significou “compreensão” com a razão das expulsões, mas foi percebido apenas como um ato hostil. Algumas agências internacionais condenaram

⁶⁶ “Em reação às expulsões de congolese, as autoridades congolese reenviaram também à fronteira cerca de 30 mil angolanos que na sua maioria tinha fugido da guerra civil que devastava o país a seguir aos anos 80 para encontrar refugio na RDC” (tradução do autor).

En réaction aux expulsions des Congolais, les autorités congolaises ont aussi renvoyé à la frontière quelque 30.000 Angolais dont la majorité avait fui la guerre civile qui sévissait dans leur pays depuis les années 1980 pour trouver refuge en RDC.” Em IPS. Des Congolais refoulés de l’Angola dans des conditions humiliantes.

a atitude do governo da RDC, tal como tinham feito com o governo angolano; ressaltando especialmente que não se pode usar hostilidade contra civis para fins de natureza política; e, independentemente da ação do governo angolano, os refugiados dessa nacionalidade tinham direitos e estavam protegidos por convenções internacionais. Qualquer atitude hostil sobre eles era, na mesma, uma violação aos seus direitos, independentemente dos fins políticos. Pode-se falar que se tratou, de fato, de um conflito de baixa intensidade entre dois estados no qual foram usados civis.

6. O MASSIVO REGRESSO DE 2009: EXPULSÕES E RETORNO INVOLUNTÁRIO

Os primeiros relatos da chegada massiva de retornados datam de outubro de 2009. Não é público se as autoridades angolanas tinham sido previamente alertadas pelas autoridades governamentais da RDC sobre a possibilidade ou da data da expulsão de refugiados angolanos e, portanto, da sua chegada às fronteiras terrestres de Angola. O certo é que entre outubro e dezembro de 2009 chegaram, vindos da RDC, cerca de 54 mil indivíduos⁶⁷, entre homens, mulheres e crianças. As duas fronteiras de entrada foram as de Kimbata, no município de Maquela do Zombo, província do Uíge, e a de Luvo, na Província do Zaire. A ordem das expulsões, segundo testemunhos, não foi dada através de um documento, mas através de notificações orais e de execução imediata:

⁶⁷ Cf. <http://www.humanitarianappeal.net>.

Eu estava no hospital. Estava no soro. Entrou a enfermeira que disse que estava a polícia e eu devia subir no carro que ia levar à fronteira, porque estava ilegal na RDC. Eu não acreditei. Pensei que estou a sonhar. Eu nasci aqui. O meu pai chegou aqui era criança; foi na RDC com os meus avós, fugiram do português. Como é que vão me dizer para ir? Eu sei que a minha terra é Angola. Mas também eu era de lá porque a minha vida foi lá. Mas não havia como falar. Eu não tinha mais forças para enfrentar a polícia ou os militares. Não sei se penso ainda na doença ou ainda subir no caminhão. Muito sofrimento. Cheio de gente; as crianças estão a chorar... chegamos até à fronteira de Kimbata. Descemos. Começamos a andar a pé e assim entramos em Angola. Chuva era muito. Parecíamos éramos criminosos⁶⁸.

No lado angolano não havia estruturas de acolhimento preparadas para receber milhares de pessoas: “Segundo a avaliação inicial (do UNHCR) cerca de 30 mil pessoas vivem em três superlotados centros de recepção de Cuimba (11 mil) e de Mama Rosa (18 mil) que se situam, respectivamente, há trinta e há oito quilômetros da fronteira da RDC”⁶⁹. Isso parece indicar que não havia de fato uma preparação já que a mesma informação do ACNUR depois de uma missão de verificação aos campos de acolhimento notou ainda a falta de medicamentos e água potável e milhares pessoas, cerca de 5 mil, a dormir ao relento⁷⁰.

⁶⁸ Entrevista com Nsala, 37 anos, Damba, 7/8/2015.

⁶⁹ UNHCR. Des milliers d'Angolais expulsés de RDC ont besoin d'assistance.

⁷⁰ Idem.

Tal como disse o testemunho de Nsala, postos na fronteira, os retornados encaminharam-se, andando a pé, para as aldeias mais próximas. A chegada coincidiu com a época das primeiras chuvas tropicais, que era particularmente penosa para a maioria dos retornados que dormia ao relento ou que se encaminhava para as cidades mais próximas das fronteiras. E, particularmente difícil, foram as epidemias, sobretudo para as crianças – disenteria, malária – e para os idosos, que mostravam um alto grau de fadiga depois de vários dias de percurso a pé e com escassa alimentação.

Aqui na Damba recebemos milhares deles. Não sei dizer a conta. Tivemos que os pôr aqui na nossa comunidade: no quintal, nos corredores, e tivemos que ceder os nossos quartos para o trabalho de parto. Havia muitas grávidas que andaram dias e dias a pé. E depois já não tínhamos mais comida. Nós não dormimos, porque as pessoas chamavam por nós a queixarem-se de dores ou porque os seus filhos estavam a morrer. E depois fomos infectados e mesmo assim tínhamos que atendê-los. O nosso primeiro trabalho foi tratar de higiene para cortar o contágio e propagação das infecções.⁷¹

O testemunho da Irmã Maria – e das outras Irmãs da Misericórdia – dão conta que receberam os retornados nas suas próprias comunidades porque não havia infraestruturas de acolhimento, o que parece indiciar que

⁷¹ Ir. Maria, das Irmãs da Misericórdia, Songo, 14/7/2015. A entrevista foi realizada no Songo, mas em 2009 a Ir. Maria esteve na comunidade da Damba e assistiu à chegada dos primeiros retornados; o seu testemunho refere-se portanto ao tempo em que esteve na Damba.

as autoridades ou não estavam avisadas que chegariam retornados ou a ativação de ajudas de emergência não foi imediata. A ausência de um plano de emergência foi especialmente difícil porque a maioria dos retornados chegava sem meios – vestuários, alimentação e primeiros socorros – uma vez que a ordem de expulsão, segundo alguns retornados, era imediata e sem tempo de, por exemplo, irem às suas casas e recolherem os seus pertences.

Depois do primeiro impacto e através de uma campanha midiática impulsionada pela Cáritas de Angola⁷², foram ativadas as primeiras ajudas de emergência. Foi instalado um campo de acolhimento em Luvo, em Mbanza Congo, província do Zaire, e em Makela do Zombo, na província do Uíge. Esses dois campos situados na fronteira com a RDC eram, na verdade, campos de passagem nos quais se fazia uma primeira triagem – assistência básica às primeiras necessidades como alimentação e vestuário – e depois os retornados eram encaminhados para os campos da Damba, Quibocolo e Kituma (cidade do Uíge). Nas primeiras três semanas foram contados cerca de 37

⁷² CÁRITAS DE ANGOLA. Relatório da Avaliação do projeto Reintegração dos angolanos expulsos da RDC. À época a diretora Nacional da Cáritas de Angola era a Irmã Marlene Wildner, da Congregação MSCS (ver abaixo os detalhes da resposta à crise dos retornados). Na ocasião, foi criada uma Comissão de Solidariedade da Igreja Católica (CSIC), coordenada pela Comissão Episcopal das Migrações, que animou a primeira fase da campanha de ajuda aos retornados.

mil retornados na Província do Zaire: vinte e cinco mil no Luvo, oito mil em Kuimba, que tinha dois centros, três mil no Noqui, mil no Soyo; dez mil na província do Uíge, distribuídos entre Maquela do Zombo, Damba e cidade do Uíge.

6.1. PRIMEIRA RESPOSTA À EMERGÊNCIA DA CRISE DOS REFUGIADOS

Tal como já foi indicado, é difícil saber se as autoridades da RDC comunicaram ao governo angolano a eminente expulsão dos refugiados. Se sim, pode-se dizer que a reação das autoridades angolanas em preparar as mínimas condições para o acolhimento dos retornados da nação não se notou. Se não, isto é, se a retaliação tinha como objetivo dar uma resposta política, podemos dizer que se tratou de um “conflito violento e silencioso” no qual se usaram pessoas como armas, com clara consciência de que vidas humanas podiam ser sacrificadas. A última hipótese parece ser a mais provável, já que a reação do governo angolano, mesmo depois de ter conhecimento, tardou em chegar.

As primeiras ajudas vieram da Comissão de Solidariedade da Igreja Católica, composta pela Pastoral das Migrações⁷³; a Cáritas de Angola, a Comissão Episcopal de Justiça e Paz e a Promaica, organização Católica da

⁷³ Coordenada pela Ir. Edi Maria Eidt, missionária scalabriniana.

promoção das mulheres. A comissão de solidariedade da Igreja Católica trabalhou no terreno com as dioceses mais afetadas pela crise dos retornados, como são as dioceses do Uíge e de Mbanza-Congo. O trabalho da Comissão consistiu em: chamar atenção da opinião pública através dos meios de comunicação social sobre o drama da crise dos retornados; liderar uma campanha de recolha de materiais de primeira necessidade: alimentação, vestuário, medicamentos, tendas de campanha e chapas de cobertura; campanha de sensibilização contra a xenofobia, já que alguma comunicação social insinuava que os retornados eram congolezes, em vez de angolanos, que tentavam entrar em Angola⁷⁴. A campanha de sensibilização e de recolhas de fundos foi feita, para além da comunicação social, através das paróquias de todas as dioceses⁷⁵. Os bens recolhidos, especialmente em Luanda, eram encaminhados para a direção da Cáritas Nacional que, por sua vez, em colaboração com os transportes disponibilizados pelo exército nacional, os enviava para as zonas de maior concentração dos retornados.

A primeira fase da campanha terminou em 29 de Novembro de 2009, no primeiro domingo de advento, um mês depois do início da crise.

⁷⁴ Esta insinuação esteve sempre presente em relação aos retornados antes desse regresso massivo. Mais adiante daremos mais detalhes.

⁷⁵ A oferta de uma das missas dominicais durante esse tempo foi para ajudar os retornados.

6.2. SEGUNDA RESPOSTA À CRISE DOS RETORNADOS: A DIFICULDADE DE COMEÇAR DO ZERO

Depois da primeira resposta à crise, que consistia em dar assistência imediata às necessidades básicas como alimentação, vestuário, medicamentos e teto, entrou-se na segunda fase. Esta consistia em reforçar os recursos que os próprios retornados já possuíam para lidarem com os possíveis efeitos de longo prazo da crise do retorno. Assim, depois do primeiro choque de chegada, após dias e semanas ou, segundo alguns casos, meses nos campos de acolhimento, era preciso recomeçar a vida:

Eu fiquei sem nada e sem vontade para começar. Tinha deixado tudo na RDC. Casa, uma casa grande, documentos, um carro, duas motorizadas, tudo, toda uma vida de trabalho para nada. Os meus disseram que podíamos esperar e depois podíamos lá ir buscar as coisas. Já não tinha mais vontade de nada. Já não sou novo, já não tenho aquela força de começar tudo. E estava quase a entrar na reforma⁷⁶.

Tal como o senhor Miguel, vários retornados salientaram a angústia dos primeiros dias depois do choque da chegada. Alguns salientaram a experiência de sentirem a sensação de que vinham de uma situação de guerra e, paradoxalmente, entravam para uma situação também de guerra. O que a segunda fase de apoio à crise dos retornados procura é estimular que os retornados usassem

⁷⁶ Entrevista com senhor Miguel, Damba, 7/7/2015.

os próprios recursos, por exemplo: experiência de vida na RDC, formação profissional, competência linguística, networking, laços familiares próximos ou remotos – para lidarem com a situação. Uma questão pertinente entre os retornados que estavam nos campos de acolhimento era: *onde viver?* Nas entrevistas salientaram-se diferenças entre a terra de origem – quer dizer dos pais ou avós – e o lugar de nascimento. Enquanto nos primeiros casos muitos salientaram lugares como Damba, Songo Kimbele ou Bembe, como terra de origem, foi também notória a afirmação dos que tinham nascido na RDC e, alguns casos, já os próprios pais.

Numa primeira fase as autoridades acharam que os retornados deveriam ir à terra de origem dos seus antepassados, às suas aldeias. O objetivo dessa estratégia, por parte das autoridades governamentais, era confirmar se de fato os retornados eram angolanos ou originários de outros países, principalmente da África Ocidental, ou mesmo congolezes. Assim a busca da origem tornou-se o primeiro entrave para se recomeçar a vida⁷⁷.

⁷⁷ Isso parece ter acontecido apenas nas primeiras expulsões. Nas seguintes houve um trabalho de colaboração entre o ACNUR, as autoridades congolezas e angolanas. Antes do regresso para Angola os retornados recebiam um documento que os livrava de se instalarem nas aldeias ou que o soba confirmasse a origem familiar nesses locais.

6.3. RETORNO E A RECONSTRUÇÃO DA ORIGEM

Alguns angolanos, como já dissemos, eram emigrantes-refugiados da segunda ou terceira geração. Tendo os seus pais ou avós emigrado de Angola ainda nos anos 1940 ou anteriores, saíram do país, em muitos casos, sem possuírem o estatuto de cidadãos angolanos, porque Angola era ainda uma colônia, nem de cidadãos portugueses, porque pertenciam à categoria social e administrativa de indígenas – o que não lhes dava direito à cidadania. Assim, além do testemunho oral dos sobas, ou do livro do registro do batismo, não possuíam outra documentação que confirmasse a sua origem. Na conversa com os sobas isso era de fato um problema, já que estes tinham que certificar que os antepassados de determinados retornados eram da sua área de jurisdição, baseando-se na memória, em referências remotas e também na relação que se tinha com os sobas no momento presente. Quanto aos cartórios paroquiais, tinham o mesmo problema, já que muitas vezes os retornados não possuíam nenhum outro documento – cédula ou certidão de nascimento – nem sequer se lembravam da data, o ano, por exemplo, em que foram batizados. Alguns sabiam apenas o lugar, a Paróquia ou a Missão.

Assim, uma primeira resposta de ajuda a essa dificuldade foi esclarecer os direitos dos retornados e dos refugiados. A comissão de Justiça e Paz, Mosaico, a

Comissão Pastoral para os Migrantes, em colaboração com a Cáritas de Angola e o Serviço Jesuíta aos Refugiados, JRS, organizaram uma série de seminários sobre os direitos dos retornados; também negociaram com as autoridades, desde o Ministério da Justiça e a Procuradoria Geral da República até o Conservador Nacional, afim de se dar uma solução à situação da documentação inicial para os retornados e, desse modo, evitar a possível situação de apatridia⁷⁸ (Anexo I, 3). Foi necessário que o governo criasse portarias e decretos específicos que permitissem os retornados legalizarem-se⁷⁹.

6.4. SUBSISTÊNCIA NOS PRIMEIROS MESES: PEQUENOS PROJETOS E GRANDES PASSOS

Outra dificuldade para os retornados, sobretudo para aqueles que não tinham encontrado ou localizado as

⁷⁸ “Existem dois tipos de apatridia: *de jure* e *de facto*. Apátridas *de jure* não são considerados nacionais sob as leis de nenhum país. Entretanto, também há casos em que um indivíduo possui formalmente uma nacionalidade, mas esta resulta ineficaz. Esta situação denomina-se de apatridia *de facto*. Um exemplo disso é quando um indivíduo tem negado, na prática, direitos que são usufruídos por todos os nacionais, tal como o direito de retornar a seu país e residir nele. A diferença entre a apátridia *de jure* e *de facto* pode ser difícil de estabelecer. Milhões de pessoas ao redor do mundo estão presas neste limbo legal. As principais causas da apatridia são as políticas discriminatórias e os vazios legislativos em matéria de nacionalidade.” Sobre isto, ver: ACNUR. O que é apátrida. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/o-que-e-a-apatridia>.

⁷⁹ CÁRITAS DE ANGOLA. Relatório da Avaliação do projeto Reintegração dos angolanos expulsos da RDC.

famílias nos primeiros meses, foi a busca de subsistência. Os campos de refugiados tinham uma data determinada para o seu funcionamento, já que alguns deles foram instalados apenas para uma situação de emergência. Estes campos seriam também lugares de encontro entre os retornados e seus familiares residentes.

Foi nesse período intermédio, isto é, depois da primeira fase de emergência, a da chegada abrupta, e ainda antes da passagem para a fase da integração, que alguns projetos, especialmente aqueles estimulados e coordenados pela Cáritas de Angola e pela Pastoral dos Migrantes, foram implementados, alguns chamaram especialmente atenção:

Projeto “Saúde materno infantil”: consistia em dar subsídios para os cuidados materno infantil em situações de carência. Tratava-se de transmitir técnicas de assistência e cuidados usando produtos naturais e experiências das próprias mães. Também se administravam cursos sobre alimentação básica aproveitando produtos acessíveis para promover dietas saudáveis e prevenir má-nutrição (Anexo II, 1).

Projeto “Ensino da língua portuguesa”: Muitos retornados já eram bilíngues ou multilíngues, além da formação escolar e profissional que possuíam. O projeto consistia em transmitir um pouco da língua portuguesa para comunicação no dia a dia e, sobretudo, para

poderem exercer suas profissões⁸⁰. Também lhes daria a possibilidade de buscarem condições de vida para além das zonas onde o quicongo fosse a língua mais falada⁸¹ (Anexo II, 4).

Projeto “Agricultura e segurança alimentar”: Tinha a ver com técnicas de produção agrícola para a subsistência e pequeno comércio (Anexo II, 2).

Projeto “Direitos, informação jurídica e advocacia”: este já foi brevemente apontado mais acima: refere-se aos direitos dos próprios retornados. Alguns retornados estavam sujeitos – fora dos campos de acolhimento – a serem molestados pela polícia ou por indivíduos que extorquiam dinheiro sob ameaça de que eram cidadãos estrangeiros e, por isso, estariam correndo o risco de serem deportados. Isso deixava muitos retornados vulneráveis, pois, por exemplo, não podiam sair das zonas onde estavam assentados. O projeto consistia em esclarecer os direitos dos retornados, como poderiam se defender de possíveis ameaças de expulsão. O projeto

⁸⁰ Um aspecto importante deste projeto foi sobretudo o aproveitamento de enfermeiros e médicos retornados que, depois de aprenderem português, foram inseridos no mercado de trabalho.

⁸¹ Nas entrevistas com alguns retornados as conversas foram em português, pois já tinham aperfeiçoado a língua depois de terem feito esse curso. Além disso, esse projeto contou com ajuda de professores voluntários, alguns deles também tinham vivido no Congo e falavam, além do português, lingala, quicongo e francês.

oferecia ainda advocacia aos retornados nas situações de conflitos com as autoridades⁸² (Anexo II, 3).

Estes projetos contaram com a ajuda financeira da Cáritas Alemã, da Cáritas da Coreia do Sul e da Cáritas espanhola que, através da Cáritas Internacional, responderam ao apelo lançado pela Cáritas de Angola (Anexo II, 2).

⁸² Este aspecto foi importante porque alguns retornados eram denunciados como sendo estrangeiros e não tinham como se defender, especialmente diante da polícia.

7. SEGUNDO REGRESSO MASSIVO: RETORNO VOLUNTÁRIO ENTRE 2010 E 2014

Depois da primeira chegada de retornados em 2009, houve reação da comunidade internacional, especialmente do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados – ACNUR, da Organização Internacional para as Migrações – OIM⁸³ e do próprio governo de Angola. Estabeleceu-se uma comissão “tripartite” composta por Angola, RDC e o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. O objetivo era criar um mecanismo ordenado de regresso de refugiados angolanos e, sobretudo, estabelecer um mecanismo de fomento ao retorno voluntário⁸⁴. O governo angolano instalaria nos postos fronteiriços serviços de recepção para registro e legalização dos repatriados e também se encarregaria de

⁸³ OIM. Migrants’ right to health in Southern Africa.

⁸⁴ ACNUR. ACNUR repatria 14 mil angolanos e acelera o processo de retorno de refugiados.

garantir que os retornados adquirissem os documentos de identidade nacional; a RDC terminaria com a expulsão de refugiados e passaria a colaborar diretamente com o ACNUR; o ACNUR e a OIM, por sua vez, passariam a prestar assistência com a expedição de VRF⁸⁵ – *Verification Return Form* – ainda na RDC através de instalações de postos específicos do ACNUR, em colaboração com os governos locais, as forças de segurança da RDC e funcionários do consulado angolano na RDC. Os VRF seriam apresentados nos postos de controle no lado angolano e serviriam de base para o encaminhamento dos retornados aos locais de destino, seriam ainda o primeiro requisito para a aquisição do Bilhete Nacional de Identidade. Com esse método, segundo o espírito do Acordo, controlar-se-ia a possível entrada de imigrantes ilegais e tornar-se-ia eficiente a integração institucional dos retornados.

Nas entrevistas e questionários com os retornados nota-se uma diferença entre os que entraram em 2009, sem o mecanismo de controle de transição estipulado nos “Acordos Tripartites”, e aqueles que vieram a partir de 2010, sob proteção dos referidos Acordos. Enquanto grande parte dos primeiros continua sem documentação,

⁸⁵ VRF (Voluntary Repatriation Form) é uma declaração que o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados outorga aos retornados e serve de documento para apresentar às autoridades do país como prova de ter gozado de estado de refugiado ou ter sido acolhido num outro país.

os últimos apresentam maior número de pessoas documentadas.

Também existem indocumentados que chegaram depois de 2009, por exemplo, em 2013 e 2014, mas estes, pelo que indica o inquérito, não vieram pelas vias normais: não se registraram no ACNUR na RDC, portanto não possuíam o VRF. O mais provável, e algumas entrevistas confirmam, é que tivessem entrado através de passagens não-oficiais, portanto, sem os controles formais de segurança. Situações parecidas foram confirmadas em entrevistas com aqueles que trabalham com os refugiados na RDC. Há também situações, nessas passagens, de perdas de vidas não só pelo perigo que estas rotas não-oficiais apresentam – montanhas, rios, lugares frequentados por animais selvagens – mas também por estarem sujeitos a contrabandos de pessoas com toda a vulnerabilidade que isso implica.

Assiste-se, portanto, a um regresso massivo de angolanos a partir de 2010. Formalmente, estes retornados não são *forçados*, mas também não se pode dizer, com toda propriedade, que seja um retorno *voluntário*. Nas entrevistas nota-se o aumento de insegurança e da vulnerabilidade por parte dos refugiados angolanos que não tinham sido expulsos em 2009. Estes, mesmo não tendo recebido uma ordem de expulsão, sentiram-se indiretamente compelidos a deixarem o país e isso teria pesado na decisão de regresso. Outros casos tinham a ver

com decisões familiares. Em outros, ainda, famílias foram separadas: alguns membros tinham sido expulsos e outros ficaram na RDC e a decisão de regressar a Angola tinha por motivo a reunião familiar. Finalmente convém notar que mesmo as famílias que não foram expulsas da RDC, houve casos em que um membro destas famílias – por exemplo o pai – decidira voltar para Angola enquanto os restantes membros – mulher e filhos – permaneceram na RDC.

7.1. REINTEGRAÇÃO EM CASA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Aqui *integração* refere-se ao processo social de inserção de indivíduos ou grupos numa comunidade supostamente já formada através de interação cotidiana. Essa inserção pode ser a nível institucional – ter documentação, ausência de entraves legais para, por exemplo, exercer uma profissão ou ser empregado numa repartição pública – e também pode ser informal – não ser discriminado por não pertencer à comunidade onde se pretende inserir. Nesse processo podem ocorrer mudanças significativas da parte dos indivíduos ou grupos que chegam a adquirir hábitos da comunidade de acolhimento, e também pode acontecer que a comunidade de acolhimento seja influenciada pelos novos hábitos trazidos pelos recém-chegados. Estas mudanças nem sempre são interpretadas como positivas: algumas vezes há

resistências porque as mudanças são interpretadas como ameaças à estabilidade da comunidade encontrada; outras vezes a comunidade recém-chegada se fecha ao não se sentir recebida pela comunidade do local de acolhimento. A integração é, portanto, um processo complexo, longo e com diferentes níveis de realização e, sobretudo, de difícil medição, porque seriam necessários dados quantitativos para se fazer uma análise mais próxima da realidade. O que se segue é apenas uma pequena amostra, de um pequeno grupo na província do Uíge, que pode ajudar a lançar pistas para reflexão e para uma ação mais acertada no apoio a essa inserção.

8. RETORNO E RECONSTRUÇÃO DAS ROTINAS: VIDA COTIDIANA E BUROCRACIA

Alguns entrevistados salientaram a experiência do retorno, quer voluntária quer involuntária, como uma forma de ruptura que pressupôs alguma violência. Essa violência, mais do que física ou psicológica, tinha a ver também com ruptura do cotidiano do seu “modo de vida”. Mesmo que no lugar de refúgio as condições de vida não fossem excelentes, havia uma série de adversidades e contingências a que eles já se tinham adaptado e conseguiam, apesar disso, planificar suas vidas e fazer as suas previsões. É a ruptura brusca desse modo da vida que é interpretada como violência, mais do que as circunstâncias pelas quais essa ruptura se deu. Assim, “reintegração”, vista por um observador, pode significar absorção de uma série de parâmetros que podem ser classificados ou medidos (como ter emprego, adquirir documentos e ter uma casa) mas que nem sempre coincide com o ponto

de vista do próprio retornado (por exemplo sentir que é aceito pela comunidade ou pelos vizinhos; reunião da família alargada; estar engajado numa comunidade religiosa ou contato com pessoas que têm a mesma experiência de mobilidade). Enquanto no primeiro caso é possível descrever ou medir certos parâmetros como casa e emprego, no segundo envolve emoções, subjetividades e valores que nem sempre podem ser mensurados.

8.1. A LÍNGUA COMO ESPAÇO DE INTEGRAÇÃO: VANTAGENS DO MULTILINGUISMO

Para muitos retornados a grande barreira para a sua inserção foi a língua. Esse aspecto é complexo numa sociedade *plurilíngue* como é o caso do Uíge. A maior parte dos retornados fala quicongo, a língua dominante no seio do grupo etnolinguístico bacongo, como é o caso do Uíge. No entanto, o português continua a ser a língua usada na administração, no ensino e nos meios de comunicação e é falada por mais de 80% da população em todo o país. Assim, se, por um lado, expressar-se em quicongo ajuda a que os retornados não se isolem e se comuniquem facilmente com a comunidade residente, por outro lado, o fraco domínio do português e, em alguns casos, nenhum conhecimento deste idioma, pode ser um grande obstáculo para a integração dos retornados e, sobretudo, desperdiça

a experiência profissional e formação que adquiriram enquanto estiveram no estrangeiro.

Um dos projetos de ajuda para a integração dos retornados foi justamente sobre o ensino do idioma. Um total de 193 retornados, entre homens e mulheres, participou do curso de introdução à língua portuguesa, que foi administrado durante três meses nos bairros com maior concentração de retornados, através das paróquias e centros paroquiais. Nas entrevistas, os retornados salientaram a importância de terem participado do curso de português por três motivos: primeiro porque, tendo já alguma profissão, por exemplo, alfaiate, eletrotécnico, carpinteiros, professores ou enfermeiros, para citar apenas algumas que emergiram das entrevistas, podiam facilmente inserir-se no mercado do trabalho, quer como empregados, quer montando o próprio negócio. Outra vantagem de se aprender a língua estaria na perda do “complexo de retornado”: muitos retornados salientaram que o que lhes fez interessarem-se especialmente pelo curso da língua portuguesa foi a perspectiva de evitar serem vistos como estrangeiros pelo fato de não dominarem a língua; a fim de evitarem de serem também agredidos por outros cidadãos e pelos agentes de segurança. Nesse caso, aprender a língua seria uma forma de se defenderem. Outro elemento de destaque nas entrevistas foi a ideia de que tendo o conhecimento do português seria fácil

instalar-se em outras zonas do país, especialmente nas capitais das províncias.

Ainda sobre a língua, o conhecimento do lingala, língua oficial e veicular na RDC, era dominante entre os inquiridos. Dos trinta, pelo menos vinte e quatro falavam fluentemente lingala e outras línguas (ou português ou quicongo ou francês); vinte inquiridos falavam quicongo e apenas onze o português. Havia também uma correlação entre a idade, a formação escolar e o uso da língua: os que tinham mais idade e não tinham formação falavam apenas o quicongo; os mais jovens falavam, além do quicongo, o lingala e o francês. Por outro lado, aquelas pessoas que se dedicavam ao comércio na RDC e continuaram com a mesma atividade em Angola usavam com mais frequência o lingala.

Este último aspecto parece dominar a paisagem linguística em certas atividades. Nos mercados informais (praças), barbearias (e salões de beleza), atividades a que muitos retornados se dedicam, é frequente o uso do lingala, o que parece confirmar o que se disse anteriormente, que a sociedade de acolhida pode também sofrer influências dos recém-chegados. Assim, se por um lado o português continua a ser a língua oficial e da administração e o quicongo a língua mais falada, especialmente nas famílias, o lingala é a língua das trocas comerciais, de transmissões culturais – música, videoclipes – e religiosa. Portanto, se, por um lado, os retornados têm que se adaptar à sociedade

a que chegam, essa também se readapta ao dinamismo que eles imprimem⁸⁶.

8.2. INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL: A BATALHA PELO RECOLHIMENTO DE EXPERIÊNCIAS PASSADAS

Tal como já disse, uma das grandes dificuldades da integração dos retornados tem a ver mais com as instituições do que com a inserção cotidiana dentro das comunidades. Uma parte dessa dificuldade decorre da relação com as autoridades locais. Os retornados que tiveram oportunidade de se formar nos países de acolhimento, por exemplo, em profissões como enfermagem, professor primário ou assistência social, têm dificuldades para obter o reconhecimento legal dos seus diplomas pelas autoridades angolanas; o mesmo se pode dizer daqueles que começaram fazer os estudos universitários ou terminaram o ensino médio e encontram dificuldades para entrar na universidade porque os estudos prévios não são reconhecidos pelo Estado ou porque dependem de um processo burocrático demasiado pesado que o torna moroso. Isso tem consequências para a integração dos retornados no mercado laboral ou na trajetória educacional:

⁸⁶ Estas informações foram recolhidas em entrevista com o professor de Português e com alunos que participaram do curso.

Eu fiz a minha formação na RDC; estudei enfermagem materno-infantil em Kinshasa e depois trabalhei durante vários anos, quase 15 anos no hospital. O meu trabalho era assistir partos e dar aqueles cuidados primários. Quando cheguei aqui o primeiro problema foi reconhecer o meu diploma e a minha profissão. Depois consegui. Comecei a trabalhar no hospital municipal. Notei que as minhas colegas não tinham muitos conhecimentos e não sabiam resolver partos complicados. Então eu comecei a trabalhar. Depois de um tempo eles viram que eu sabia e tinha experiência e conhecimentos. Mesmo quando eu estava de folga chamavam-me para resolver casos complicados. Depois fiquei como enfermeira chefe da seção-materna infantil. Mas havia um problema: não me pagavam. Fiquei seis meses sem receber nenhum salário mesmo trabalhando todos os dias. Tinha que ir vender na praça para poder conseguir comida para os filhos. Depois vi que o tempo que eu dedicava ao hospital tirava tempo para ganhar dinheiro na praça. Então deixei o trabalho no hospital, com muita pena, mas eu tinha filhos para cuidar, precisavam comer, vestir e dinheiro para ir à escola. Depois consegui um trabalho numa farmácia, algumas horas por dia. Não estou lá sempre, mas pelo menos pagam-me. Continuo a fazer negócios e trabalhar na farmácia⁸⁷.

Não se pode desligar, certamente, a dificuldade dos retornados conseguirem emprego da situação geral do país, isto é, com a existência de alta taxa de desemprego. Em relação aos retornados, mesmo quando são altamente qualificados e necessários para o funcionamento de certos serviços, são dispensados devido a entraves burocráticos. Há casos, no entanto, em que médicos e enfermeiros foram

⁸⁷ Entrevista com Miguel Caterça, Uíge, 17/7/2015.

inseridos nos mercados de trabalho devido aos processos de integração nas instituições terem sido agilizados.

Alguns entraves à inserção dos retornados não decorrem de problemas legais, mas devido ao mau funcionamento das instituições. Por exemplo, alguns estudantes que fizeram o primeiro ciclo do ensino universitário na RDC, o bacharelado, têm dificuldades em continuar os seus estudos porque o sistema de ensino universitário é diferente. Isso é um problema de decisão política. A experiência de estudantes retornados é que o reconhecimento de seus estudos só pode ser feito em Luanda, pela Universidade Agostinho Neto, o que levanta problemas de burocracias e custos elevados. Muitos, ao invés de continuarem seus estudos em Angola, preferem ou regressar à RDC para isso ou começarem do zero um novo curso universitário, mas aí existe também o problema de reconhecimento dos seus estudos secundários.

A integração institucional no que concerne ao sistema de ensino tenderá a agravar-se porque, por um lado, alguns retornados (e não só) continuam a enviar os seus filhos à RDC para estudarem por considerarem o sistema de ensino de lá melhor que o de Angola e de custo mais baixo; houve também retornados que deixaram os filhos na RDC a fim de terminarem os estudos. A solução passará, certamente, por acordos políticos entre os dois países que podem ser impulsionados pelas duas regiões fronteiriças, nesse caso, a província do Uíge e a província

do Congo Central. Nas entrevistas essa situação era de fato um drama.

8.3. RECONSTRUINDO AS FAMÍLIAS: PROCESSOS E RUPTURAS

Um aspecto importante do processo de integração dos retornados é a reconstrução das famílias. Tal como já foi apontado, muitos retornados não regressaram à terra de origem dos seus antepassados, mas àquele lugar onde podiam reconstruir suas vidas depois do regresso. Isso tem implicações na reconstrução das redes familiares e de vizinhança. Alguns, por exemplo, cujos antepassados eram de Bembe ou Kimbele⁸⁸, foram para a cidade do Uíge porque, além de oferecer uma melhor oportunidade de refazerem os seus negócios, viviam lá pessoas com quem tinham se relacionado enquanto estiveram na RDC. Mas, nos casos em que o lugar para os negócios não coincidia com o lugar onde estavam as pessoas conhecidas, optou-se por as mulheres e os filhos viverem nos lugares onde os laços de vizinhanças eram mais fortes enquanto o marido vivia no lugar onde pudesse trabalhar e adquirir rendimento. Além dos distanciamentos que isso pode causar, algumas retornadas falaram de casos em que os maridos formavam outras famílias nos lugares onde trabalham, havendo um desmembramento da inicial. Outros preferiam que os filhos

⁸⁸ Municípios do Uíge.

estivessem em locais onde pudessem estudar, por exemplo, em Luanda, na cidade do Uíge ou em Kinshasa, enquanto eles viviam ou em Luanda, ou no Uíge ou em algumas das aldeias. Há casos, sobretudo entre as mulheres, que uma família é composta pela mãe e as crianças, sem que estas recebam alguma ajuda da parte do pai das crianças.

Faltariam estudos comparativos para verificar se isso é um assunto que é predominante entre os retornados pesquisados ou se isso também acontecia enquanto estavam na RDC. O que parece saliente, a partir das conversas familiares, é que, entre os residentes (encontrados), as redes familiares e de vizinhanças foram solidificadas ao longo dos anos sem rupturas bruscas, sendo, portanto, mais consistentes. No caso dos retornados, eles têm que reconstruir vários aspectos das suas vidas: emprego, habitação, laços familiares e de vizinhança, língua etc. Assim, as relações familiares, ainda que possam ser igualmente vulneráveis, diferem no aspecto em que os retornados viviam várias dimensões de reconstrução ao mesmo tempo.

Uma nota saliente nas entrevistas eram os aluguéis de casas. Às vezes os proprietários precisam de garantias de que o inquilino possa pagar e, quando são recém-chegados, não têm essa rede informal de vizinhança que sirva de garantia. Nesse aspecto, como também se notou nas entrevistas, faziam intermediários locais. Nas aldeias essa intermediação é desempenhada pelos sobas, como

veremos mais abaixo. Nas cidades, nas zonas periféricas, é uma situação mais difícil.

8.4. COMUNIDADES CRISTÃS E NOVAS GEOGRAFIAS SOCIAIS

Ainda dentro do processo da reconstrução dos laços familiares, como uma forma de integração dos retornados, é relevante notar a localização de retornados à volta de comunidades religiosas, como, nas proximidades dos bairros periféricos: *Kituma, Papelão I e II, Bemba-Ngango, Bairro do Cimitério, Govi, Benvindo e Sonangol*. Em muitos desses bairros existem comunidades cristãs nas quais os retornados exercem as suas atividades e se reencontram. Por exemplo, as aulas de língua portuguesa foram administradas em paróquias ou em centros paroquiais. Alguns retornados participam em atividades e grupos nas paróquias, como grupos corais, Legião de Maria e catequese. Merece destaque a Missa mensal em lingala, celebrada em Rito Zaireense e animada por um coro de retornados presidida por um sacerdote também retornado. Na entrevista com os retornados, eles falaram da missa como um lugar de reencontro e também como uma maneira de fazerem a ligação entre a experiência de terem vivido na RDC, onde o apoio da Igreja católica e das comunidades cristãs foi importante para a sua integração. Parecia também uma forma de integrarem as suas memórias e de torna-las parte ativa no processo de reconstrução do cotidiano.

9. ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO: O MUNDO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS

A escassez de emprego em Angola, quer na administração pública quer no mercado privado, faz com que se procure a obtenção de rendimentos através de atividades laborais informais, especialmente o comércio. A maioria dos retornados entrevistados dedica-se a alguma dessas atividades. Além do comércio, geralmente efetuado nos mercados populares e *praças*, como no mercado central do Uíge, da cidade do Uíge, na Praça de Salabonge na Damba e no mercado sazonal do Songo. Nesses mercados vendem-se diferentes tipos de produtos, desde aqueles de primeira necessidade (farinha, peixe, óleo alimentar, sal, sabão e açúcar); até vestuário, utensílios de cozinha, tecidos para corte e costura. Outras atividades, como alfaiataria, carpintaria, eletrotécnica, trabalho de pedreiro (construção de casas), também são muito comuns entre os retornados.

Embora sejam todas atividades informais, pelo seu caráter não-oficial e sem a obrigatoriedade de se pagar impostos sobre os rendimentos obtidos – tirando as taxas simbólicas pagas nos mercados – constituem o principal meio de aquisição de rendimento para muitas famílias.

9.1. O CASO DO MICROCRÉDITO: MULHERES EM AÇÃO NA CIDADE DO ÚIGE

108

Microcrédito é um projeto da Cáritas do Úige com mulheres retornadas. Inicialmente financiado pela *Misereor* e pela *Conrad Hilton Sister Found*, organizações alemã e americana respectivamente. O projeto consistiu no apoio a mulheres retornadas que se dedicam às atividades de geração de rendimentos para as famílias⁸⁹. Estas atividades estão ligadas, na sua maioria, ao comércio. Cada mulher recebe um montante de duzentos dólares americanos na forma de empréstimo. Apenas 80% do crédito deveria ser devolvido em três parcelas negociáveis. A concessão do crédito era precedida por um programa de formação de cerca de vinte dias sobre economia doméstica, micro finanças, gestão de micro negócios. Algumas beneficiárias do crédito já traziam experiências como comerciantes, tanto enquanto refugiadas na RDC, como depois do seu regresso.

⁸⁹ Esse projeto, desenhado e desenvolvido pela Cáritas do Úige, foi gerido pelas Ir. Rita de Cássia e Ir. Marivane Chiesa, ambas missionárias scalabrinianas.

O projeto, mais do que começar uma atividade nova, pretendia reforçar através de incentivo financeiro o tipo de atividades a que elas já estavam engajadas. Nas entrevistas com estas mulheres, elas ressaltaram que o tipo de produtos que vendiam dependia do capital disponível para o investimento. Por exemplo, aquelas que tinham menos capital dedicavam-se à venda de produtos alimentares em pequenas porções e de retorno imediato; as que tinham mais capital dedicavam a produtos cujo retorno era menos imediato, como a venda de tecidos para corte e costura. Estas atividades eram vulneráveis já que dependiam de produtos importados e, portanto, das reservas cambiais do Estado para a importação, bem como da inflação.

Com a devolução do crédito pretendia-se que o sistema do empréstimo fosse rotativo, já que permitiria arrecadar dinheiro para novos empréstimos. Além dos resultados econômicos do projeto, se pretendia assegurar uma certa independência das mulheres já que elas, na sua maioria, eram responsáveis pelos filhos e demais membros das famílias. Os programas de formação e os encontros com as responsáveis do projeto permitiam a troca de informações e partilha das dificuldades, enquanto vendedoras e retornadas, e as estratégias para a superação.

Uma primeira avaliação desse programa deu resultados positivos. As devoluções dos créditos eram satisfatórias e, nas entrevistas com as mulheres, falaram

de segurança na economia doméstica, sobretudo, nos aspectos essenciais como alimentação, vestuário e pagamento da renda⁹⁰.

9.2. A ESCOLA DE INFORMÁTICA E CASA DE FOTOCÓPIAS: A CASA DOS DOCUMENTOS EM KIMBELE

F. M. Mangolo é um retornado angolano que reside em Kimbele. É conhecido na vila por causa da sua loja de material informático, mas por ser também o único local onde se fazem fotocópias, fotografias e digitalização de documentos. A história de F. M. Mangolo começou nos anos '60, quando seu pai, natural de Sakandika, Maquela do Zombo, refugiou-se na RDC. Tal como os outros angolanos, o pai de F. M. Mangolo foi trabalhar primeiro para Kwuilo-Ngongo na açucareira onde os refugiados procuravam trabalho. Mais tarde, passou a pertencer ao serviço de proteção do presidente da RDC. Teve oportunidade de estudar no colégio dos filhos da elite da RDC. Entrou depois para o Instituto Superior Cardeal Malula, onde estudou Economia e Relações Internacionais. Regressou a Angola em 2003 para recomeçar a vida. Foi primeiro a Sakandika de onde o pai era originário. O seu regresso a Angola coincidiu com o momento das expulsões de cidadãos congolezes pelo governo. Domingos, suspeito de

⁹⁰ As informações sobre o impacto do projeto foram dadas por algumas mulheres que participaram no projeto.

ser congolês, foi preso durante meses e depois recebeu a ordem de expulsão. No momento de ser expulso pela fronteira de Kimbata um dos comandantes, seu tio, o reconheceu e testemunhou que ele era angolano. Não foi expulso e regressou a Sakandikae. Mais tarde, já com a família, instalou-se em Kimbele, onde entrou em contato com os padres da Missão, com os quais colaborou na recepção de retornados expulsos da RDC através do programa de emergência que os próprios padres tinham elaborado. Depois decidiu abrir o seu negócio:

Um dos padres da Missão emprestou-me um computador. Com ele aprendi a manejar vários programas, na sua maioria do Office. Depois comecei a dar cursos de introdução à informática. Tinha sete alunos. De manhã eram as aulas e de tarde cada um tinha a sua hora para fazer as práticas. E depois fui comprando mais computadores, alguns em segunda mão. Ao mesmo tempo tinha começado o processo de informatização da administração pública. Outra parte do meu trabalho era passar os documentos ao computador. Foi assim que aprendi português. Os meus alunos começaram a ser empregues na administração do Estado; depois comecei a fazer *scan* de documentos e tirar fotocópias. Mais tarde entrei na fotografia e material informático. Agora estão a chegar Chineses e estão a fazer muita concorrência, mas é a vida, tenho que pensar mais noutros negócios⁹¹.

Ele tentou fazer a vida em Luanda, a capital do país, mas não teve sucesso, por isso decidiu permanecer em

⁹¹ Entrevista com F. M. Mangolo, Kimbele, 20/7/2015.

Kimbele. Os seus filhos, no entanto, vivem e estudam em Luanda enquanto ele mantém os negócios em Kimbele.

9.3. O BAIRRO 4 DE ABRIL: O CASO DA INTEGRAÇÃO DE RETORNADOS NO SONGO

O Bairro 4 de Abril situa-se à entrada da vila do Songo, sede do município de mesmo nome. É um bairro fundado para os retornados. Os que foram para o Songo são aqueles que, supostamente, são originários do município, embora muitos sejam de outras áreas, mas escolheram viver ali. A administração do município recebe listas de retornados do Serviço de Migração e Fronteira e dos Serviços de Cartório dos postos de fronteira por onde eles entram. Assim, aqueles que dizem ser originários do Songo, e depois do devido registro, são encaminhados para lá a fim de levantarem os seus documentos de identidade, cédula pessoal ou bilhete de identidade.

No Songo, tendo os documentos, os retornados têm a opção de permanecerem, caso queiram, ou são livres para se instalarem em outros lugares. Aos que decidirem permanecer, e caso não tenham família que os possa acolher, é atribuído um terreno no bairro 4 de Abril para a construção de casas e outro terreno para cultivo.

No bairro 4 de Abril são recebidos pelo soba Alfredo Kapitia, pastor da Igreja IEBA, assessorado por Augusto Francisco, ambos retornados expulsos em 2009. Os dois

dizem que perderam tudo no regresso. Viveram na RDC desde os 14 anos, início dos anos '60. Saíram de Angola por causa da guerra contra os portugueses. O pai do soba era guerrilheiro no movimento anticolonial.

O soba está em contato com a administração, a qual reporta problemas existentes no bairro. Existem cerca de 320 moradores e 210 chefes de família. As crianças vão à escola e são proibidas de trabalharem na lavoura. A maioria dos retornados do Songo trabalha na agricultura: destaca-se a produção da mandioca e amendoim, que depois é vendida no mercado do Songo, que funciona uma vez por semana, ao qual afluem vários agricultores para venderem os seus produtos e vários revendedores das cidades.

Na administração existe um serviço, dentro do departamento dos assuntos sociais, que trata especificamente das questões dos retornados: chegada, documentação, terrenos para construção de casas e terrenos para cultivo, matrícula das crianças na escola. Além da IEBA, existem também a Igreja Metodista e a Igreja Católica que, em colaboração com a administração, procuram a integração dos retornados. O soba falou da construção das casas cujo preço, apesar de tudo, ainda é elevado, especialmente para a construção de casas para famílias numerosas. Além da escola primária e secundária, a sede municipal conta ainda com um hospital cujo centro materno-infantil é dirigido por uma religiosa pertencente

às Irmãs da Misericórdia. Além da sede municipal os retornados se fixaram nas pequenas aldeias no interior do município. Os serviços dos assuntos sociais fazem missões de “auscultação” para acompanharem o processo de reintegração dos retornados e, sobretudo, dirimir possíveis conflitos entre retornados e os residentes.

10. DIFICULDADES À INTEGRAÇÃO: RESISTÊNCIAS E DESAFIOS

Sendo a reintegração um processo longo e complexo, como já se notou, comporta desafios específicos: um deles é inerente à situação da mobilidade que pressupõe não apenas rupturas emocionais, mas também institucionais, com as quais os retornados têm de lidar. Outro fator que torna complexo o processo de reintegração é a deficiência institucional caracterizada essencialmente pelo mau funcionamento ou mesmo ausência de vários serviços. Uma das consequências da deficiência do funcionamento das instituições é a dificuldade em distinguir se alguns problemas que os retornados encontram no processo de reintegração afetam apenas os retornados ou são extensíveis a outros angolanos que, no dia a dia, mesmo não sendo retornados, sofrem as consequências do funcionamento deficiente das instituições. As entrevistas sugerem que face às mesmas dificuldades, tanto os retornados como

os não retornados têm que procurar estratégias para lidar com elas: a diferença está em que enquanto os últimos podem ter recursos mais sólidos em como enfrentar estas dificuldades, os outros estariam ainda em processo de constituição destes recursos: os residentes, por exemplo, mesmo que não tenham os documentos em dia não correm o risco de serem expulsos enquanto os outros sim. Essa diferença, imperceptível no cotidiano porque envolve questões emocionais, expectativas e memórias, mostra os desafios e as dificuldades dos retornados no processo de integração. Tentamos por isso assinalar algumas dificuldades e desafios, a título de exemplos, a partir do relato dos próprios retornados, das pessoas que trabalham com elas, de sacerdotes e missionários e alguns outros das administrações locais.

10.1. ENTRE “LÁ E CÁ” OU A DUPLICIDADE DE IDENTIDADES: OS VÁRIOS NOMES

Alguns entraves burocráticos na regularização dos retornados, sobretudo aqueles que viviam regularmente na RDC, mas que queriam, ao mesmo tempo, regressar a Angola, criam situações da duplicidade de identidades, isto é, dos nomes e dados do registro de nascimento. Alguns retornados com o receio de serem tidos por congolezes devido ao nome, ao entrarem em Angola e já no momento do registro para a aquisição do VRF davam

um nome, sobretudo o primeiro nome, em português, diferente daquele que usavam na RDC. Com isso eles poderiam ir à RDC várias vezes sem necessidade de vistos e, igualmente, entrar em Angola.

Esta situação cria constrangimentos burocráticos, mas, na prática, é a forma que eles encontraram para lidar com a deficiência do funcionamento da burocracia. Isso acontece, sobretudo, com aqueles que tiveram alguma dificuldade de se integrarem em Angola, especialmente a nível institucional. Quando os entrevistados eram convidados a narrarem as suas vidas na RDC começavam por explicar a questão dos nomes, o ‘nome angolano’ e o ‘nome congolês’. Não se trata de um caso de dupla nacionalidade, mas de dupla identidade, porque são, na prática, duas pessoas. Pode-se perguntar se esta pode ser considerada uma boa estratégia a longo prazo, já que, embora seja usual, roça o limite da lei.

10.2. O PERIGO DE TRÁFICOS DE PESSOAS

A necessidade de se querer usar os dois territórios para lidar com as dificuldades do dia a dia faz com que muitos retornados circulem entre Angola e RDC nem sempre usando as vias normais, por exemplo, as fronteiras oficiais, nem a devida autorização. Isso se deve, em parte, porque ainda não houve acordos mais alargados entre os dois países que permitam a circulação de pessoas entre

os dois lados da fronteira. Esse constrangimento leva alguns refugiados angolanos a permanecerem na RDC ou, tendo já retornado, a sentirem a necessidade de ir com mais frequência à RDC usando passagens ilegais. A consequência é que, estando algumas passagens controladas por *gangs* que se dedicam ao tráfico de pessoas, os retornados correm o perigo de caírem nas mãos desses grupos⁹².

10.3. DOCUMENTAÇÃO: CIDADANIA, PERTENÇA E A BUSCA DE UM LUGAR

A documentação continua ainda a ser um dos maiores entraves na integração dos retornados. Embora a situação tenha sido resolvida com a instalação de postos de registros, aqueles que entraram em 2009, cerca de 70 mil, é o grupo com maior número de casos sem documentação. Aquelas que em 2009 eram adolescentes ou jovens, por exemplo, já são mães e os seus filhos também estão sem documentação. Pode-se correr o risco de reprodução de indocumentados porque o problema inicial não foi resolvido. Já houve várias intervenções juntos às autoridades com o intuito de se resolver essa situação de uma vez por todas, apesar disso o problema continua.

⁹² Informações sobre o desaparecimento de pessoas continuam a surgir, sobretudo, a partir da RDC.

A Cáritas de Angola através de alguns projetos tentou solucionar ou pelo menos diminuir o problema da documentação tendo realizado, para o efeito, contatos com o Ministério da Justiça, Procuradoria geral da República e com diretores provinciais do registro civil. Em 2015 a mesma situação continuava a afligir muitos retornados.

Outro problema ainda ligado à documentação tem a ver com o reconhecimento dos diplomas. Muitos retornados tiveram oportunidade de adquirir formação universitária e profissional enquanto estiveram na RDC. Estes diplomas, bem como a experiência de trabalho, não são reconhecidos. É verdade que o mercado de trabalho não tem capacidade para absorver toda a mão de obra, mas, por outro lado, especialmente na área de saúde e educação, esses técnicos poderiam ser aproveitados, não só no serviço público, mas também no âmbito privado.

10.4. A SOMBRA DO “REGRESSADO”: MITOS ANTIGOS E CONSEQUÊNCIAS ATUAIS

Os retornados angolanos que estiveram na RDC são conhecidos também como “regressados”, um termo pejorativo que remonta do tempo da transição para a Independência de Angola, 1974-1975. Como vimos no primeiro capítulo, uma parte da diáspora angolana que estava refugiada na RDC juntou-se aos movimentos nacionalistas que estavam a ser formados, como foi o caso

da FNLA. Na transição para a Independência os vários movimentos nacionalistas que lutavam entre si para adquirir o poder do Estado ativaram ajuda externa. No caso da FNLA, grande parte da ajuda veio da RDC, que enviou não apenas material militar mas também soldados que eram caracterizados pelos adversários, recorrendo-se da rádio e televisão, como sendo especialmente violentos e sobretudo de “estrangeiros” e, portanto, “invasores”. Os líderes da FNLA alegavam em sua defesa que aqueles soldados não eram congolezes, “zaienses”, mas angolanos que tinham estado na diáspora. A ambiguidade da imagem do “zaiense” invasor e violento criou sempre uma suspeita sobre os retornados angolanos da RDC⁹³. Esta suspeita, embora se dissipasse e com isso diminuísse o impacto negativo do que era ser retornado, todavia em momentos de crise ela é reativada. Um exemplo concreto foi a conhecida “sexta-feira sangrenta”. Esse nome é conhecido por ser o dia em que milhares de angolanos tidos como “bacongos” foram injuriados e alguns mortos por, alegadamente, ajudarem a UNITA de Jonas Savimbi que contestou os resultados das primeiras eleições reiniciando a guerra civil. A suspeita era que cidadãos “zaienses”, isto é, da RDC, estariam a ajudar a UNITA no seu intento de tomar Luanda por via das armas e, mais uma vez, os bairros e comunidades habitados na

⁹³ Tali, Jean-Michel Berber et Citoyens: l’identité nationale à l’éprende des transitions africaines.

sua maioria por angolanos oriundos do Norte do país foram molestados. O que esteve na base do ataque seria provavelmente a imagem do “zairense” invasor e violento.

Com a entrada de milhares de angolanos expulsos da RDC em 2009, reativou-se essa imagem do “zairense” invasor e foram levantadas suspeitas de que, com os antigos refugiados, entrariam também cidadãos congolese. Muitos retornados vivem com esse medo de serem tidos como congolese e, portanto, como invasores.

10.5. MESMA CULTURA E DIFERENTES HÁBITOS: AS CONSEQUÊNCIAS DO CHOQUE DO RETORNO

Alguns hábitos adquiridos pelos retornados na RDC tiveram impactos no processo de integração em Angola. Nas entrevistas pareceu haver uma diferença relevante entre aqueles retornados que já tinham vivido em Angola e depois se mudaram para RDC – com idas a vindas – daqueles que já nasceram na RDC e não tiveram nenhuma experiência de vida em Angola. Para os mais velhos parece que a guerra era o único empecilho para o funcionamento das instituições e que, terminada esta, tudo “voltaria ao normal”; os mais novos, por seu lado, parecem ter idealizado uma Angola em melhores condições de vida que a RDC. Quando chegaram, ambos os grupos experimentaram diferentes contrastes.

Para os retornados mais velhos, conseguir um espaço para a construção da própria casa seria o primeiro passo para a reintegração; as dificuldades burocráticas e o hábito de se viver em casas arrendadas constituiu um choque. Os mais novos sentiram, pelo contrário, uma espécie de rejeição a nível social por não dominarem corretamente a língua portuguesa, mesmo falando francês e, em alguns casos, inglês. Isso foi especialmente sentido por aqueles retornados jovens que tentaram viver fora das províncias do Uíge e do Zaire, onde o quicongo, o francês e o lingala são línguas mais usadas. Quando eram perguntados sobre o porquê de viverem no Uíge ao invés de outras zonas de Angola, a resposta mais comum era, além das razões familiares, o fato de não dominarem a língua portuguesa e o receio de serem vistos como congolese.

Outro choque aparente tinha a ver com a aquisição de emprego. Alguns retornados acharam que tendo experiência profissional e formação seriam facilmente absorvidos pelo mercado de trabalho por sentirem, de fato, carência de certos serviços e mão de obra qualificada. Alguns, com experiência de trabalho na área de enfermagem ou professores primários, por exemplo, não entendiam o alto nível de mortalidade infantil nem porque milhares de crianças estavam fora do sistema do ensino, mas, ao mesmo tempo, o motivo de não ter emprego para eles.

Outros retornados falam da precariedade da saúde pública, da acumulação de lixo, da inexistência ou do mau funcionamento do sistema de esgoto, da escassez de postos médicos, especialmente nas zonas periféricas. Houve também choques em relação ao sistema de ensino, pois os retornados acham que o de Angola é de menor qualidade em relação ao da RDC.

10.6. A VIDA EM VOLTA DO MERCADO

Um das atividades a que se dedicam muitos retornados, especialmente mulheres, é o comércio. A presença de retornados nos mercados da Damba, da cidade do Uíge e da sede do município do Songo é marcante. Embora haja uma longa tradição de atividades comerciais em toda a África Ocidental, no caso de refugiados angolanos na RDC foi uma maneira de se integrarem no mercado laboral devido à escassez de emprego. A causa da forte exploração mineira e industrial tidas como mais rentáveis, o fornecimento de bens de primeira necessidade ficou a cargo de pequenos comerciantes. Por outro lado, o porto fluvial de Matadi, em Boma, além de ser um ponto de escoamento de produtos industriais, é também um ponto de entrada de diversos produtos manufaturados vindos do exterior. Muitos angolanos dedicavam-se ao comércio dessas mercadorias, especialmente nos mercados de Kinshasa.

Com o tempo, não apenas os produtos vindos do exterior eram comercializados, mas também aqueles que eram manufaturados no interior da RDC, bem como os produtos agrícolas. Criou-se, depois, uma rede entre importadores, pequenos produtores, armazenistas, transportadores, distribuidores, vendedores, em maior número, e revendedores, em menor proporção. Muitos retornados, ao que parece, recriam em Angola esse sistema de trocas.

A dificuldade estava no fato de que eles não podiam controlar toda a cadeia do comércio, já que dependiam de terceiros. Mas na base das dificuldades estaria a interferência das autoridades no comércio. Esse último aspecto parece marcar o contraste com a RDC, onde a interferência das autoridades nas atividades comerciais era quase nula.

- Eu faço parte do coro na Igreja, mas também faço comércio. Às quarta-feiras vou ao Songo vender peixe.

- Porque vem ao Songo, se você vive na cidade do Uíge?

- Porque no Songo tem um dia de mercado e muita gente vai lá vender. As pessoas da Damba, Bembe, até Luanda vão lá comprar as coisas para depois irem revender.

- As pessoas de Luanda? O que vão comprar?

- Vão comprar, por exemplo, Kikuanga. Vêm mesmo caminhões porque nas aldeias há muita gente que faz Kikuanga e depois vai vender no Songo. Então eu aproveito vender peixe, peixe fumado. Pego aqui no Uíge vou vender lá. Assim mesmo cada quarta-feira vou lá.

- Começou a fazer isso quando chegou da RDC?
- Não. Primeiro trabalhei como cabeleireira, depois vendi panos, só depois é que esse negócio rendia então comecei a fazer isso⁹⁴.

Durante a entrevista, Maria disse também que o peixe que ela vendia era comprado pelas pessoas que viviam no interior do município e, em muitos casos, constituía, juntamente com a quicuanga⁹⁵, a base da alimentação.

⁹⁴ Entrevista com Maria, Songo, 15/7/2015.

⁹⁵ Quicuanga é uma espécie de purê, mas mais consistente e espesso, confeccionado a base de farinha de mandioca e envolto em folhas e desse modo poder ser conservado por vários dias, inclusive semanas. Era usado no tempo anticolonial pelos guerrilheiros como ração de combate e mais tarde passou a ser usado pelos comerciantes. Foi, sobretudo, durante a guerra civil que a Quicuanga se estendeu para outras regiões do país e passou a ser um modo normal de confeccionar e conservar alimento, em parte devido ao preço acessível para pessoas com escassos recursos.

11. RESULTADOS DA INTEGRAÇÃO DOS RETORNADOS: 2009-2015

É difícil medir até que ponto os retornados foram reintegrados, tendo em vista as dificuldades de acesso aos dados oficiais de registro de entrada e de assentamento dos retornados a partir de 2009, bem como de sua redistribuição na província do Uíge. O esforço de se fazer um mapeamento da mobilidade dos retornados também é difícil porque os serviços de imigração e fronteira não fornecem estes dados. Os dados das organizações internacionais, como da Organização Internacional para as Migrações e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, apresentam números que nem sempre traduzem de fato o que acontece no terreno. Apenas a comparação entre os números dos VRFs passados na RDC, a sua recepção nos postos fronteiriços angolanos e o número de bilhetes de identidades e de cédulas passadas e entregues nos municípios poderiam dar um número

aproximado de quantos retornados entraram de fato e a sua possível integração. Esses dados poderiam ser também contrastados com inscrições nas escolas e universidades, Igrejas, administrações locais e associações de retornados.

Das entrevistas com retornados e com alguns representantes de administrações locais (Kimbele, Damba e Songo), de associações de retornados, Missões, paróquias, centros paroquiais, organizações que trabalham com retornados, como a Cáritas de Angola, Cáritas diocesana do Uíge, com Irmãs MSCS, a Comissão diocesana do Uíge para a Pastoral dos migrantes, a Comissão Episcopal para a pastoral dos migrantes, pode-se apresentar alguns resultados:

11.1. INTEGRAÇÃO SOCIAL E DESINTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL

Parece haver um contraste na integração dos retornados entre as zonas rurais e as zonas urbanas. O número de pessoas com a documentação em dia aparentou ser maior nas zonas urbanas e, nesse sentido, parece que a integração a nível institucional foi mais rápida e com mais casos de sucesso. Dos entrevistados nas zonas urbanas, quase todos tinham os documentos: Bilhete de Identidade Nacional e ou Cédula do Registro de Nascimento. Em parte se deve a que muitos retornados que foram para a cidade do Uíge não pertencem ao primeiro grupo que foi

expulso, no total de 50 mil, mas ao segundo ou terceiro grupo já sob a assistência do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Essa assistência garantiu um processo mais controlado desde a partida até o destino, colaborando tanto com as autoridades congoleesas como com as autoridades angolanas.

Isso parece não se verificar nas zonas rurais, especialmente para aqueles retornados que vieram no primeiro grupo de expulsos, em 2009. Em parte devido à ausência de serviços administrativos ou, como alegaram algumas autoridades, por suspeita de existência de estrangeiros devido à “entrada descontrolada”. A ausência de documentação nas zonas rurais não impede, no entanto, a vida cotidiana já que a interação com as autoridades e com a administração é quase nula e, em caso de conflitos, há sempre a figura do soba ou do catequista como mediador. A falta de documentação oficial é suprida pelo reconhecimento e autoridade dos sobas, que pode ter vantagem, no caso de agressão ou abuso por parte das autoridades. A desvantagem é que os retornados ficam à mercê da boa vontade dos sobas que, em caso de conflito, deixam os retornados mais vulneráveis. Já houve casos, como no Songo, em que o soba usou a sua autoridade arbitrariamente, resultando no agravamento da situação dos retornados tendo havido necessidade da intervenção da administração.

A integração social parece ter sido mais fácil nas zonas rurais que nas zonas urbanas. Nas entrevistas com sobas falou-se da distribuição de terrenos aos retornados para que estes pudessem construir as suas casas e dispor de terra para cultivar. O uso do quicongo e do lingala também ajuda para a integração, contrariamente do que acontece nas zonas urbanas onde a língua portuguesa é muito mais usada. Nas zonas rurais ainda são predominantes os laços de vizinhança e consanguinidade, o que facilita a integração. Nas zonas rurais é comum também a presença de comunidades religiosas, como paróquias e centro paroquiais, missões e comunidades evangélicas em que os seus líderes, sacerdotes, religiosos e pastores são verdadeiras autoridades a que os retornados recorrem e pelos quais são integrados.

Nas zonas urbanas, especialmente nas periferias, os retornados têm mais dificuldades em adquirir terrenos para cultivo ou para construção de casas. Isso se deve, em parte, à maior densidade populacional, que incide no aumento dos preços dos terrenos, o que dificulta o acesso. Além disso, as doações de terrenos é da responsabilidade do Estado e esse processo é mais difícil nas cidades. Essa é uma dificuldade também dos residentes. O que parece mais facilitado nas cidades é a aquisição dos documentos. Neste sentido podemos falar de dois processos distintos de integração: nas cidades através da documentação, portanto de forma institucional, apesar de que a falta

de terreno para construção de casa é apresentado como um obstáculo à integração social. Nas zonas rurais, pelo contrário, a aquisição dos terrenos é facilitada pela proximidade dos sobas ou dos administradores, mas nem sempre o mesmo ocorre em relação à documentação. Cada uma destas dificuldades constitui um desafio diferente à reintegração.

11.2. BENEFICIÁRIOS E COLABORADORES

A relação entre os retornados e as instituições que lhes dão apoio ainda se baseia na relação doador-beneficiário. A dificuldade desse tipo de situação consiste no risco de manter os retornados numa situação de vítima, transformando uma relação de direitos, deveres e colaboração numa relação de favor e ajuda. A prestação de serviços dessa maneira, ainda que beneficie os retornados, os mantém, no entanto, numa situação de exceção, o que prejudica a longo prazo o seu processo de integração.

11.3. VIVER AQUI E ESTAR LÁ: A MOVIMENTAÇÃO COMO MODO DE ESTAR

Os retornados, ao que nos parece, tentam combinar os aspectos positivos que Angola e a RDC apresentam. A primeira oferece melhor segurança política e militar e alguma pujança econômica – pelo menos até 2014. Por

outro lado a RDC oferece melhores serviços de educação e saúde e pouca interferência das autoridades no cotidiano das pessoas. Assim, muitos retornados preferem que os seus filhos sejam educados na RDC e para os serviços de saúde também recorrem ao outro lado da fronteira. Isso faz com que muitas famílias prefiram viver entre RDC e Angola, combinando os aspectos positivos de um e evitando os negativos do outro. Isso quer dizer que a movimentação de pessoas continua, ainda que sem o aspecto dramático que teve em 2009 e sem a intensidade dos anos anteriores.

A deterioração das condições econômicas de Angola nos últimos dois anos pode estar incentivando o retrocesso do fluxo de pessoas da RDC para Angola, devido ao medo da instabilidade social que pode decorrer da vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, parece que os retornados, sobretudo os mais jovens, ou não romperam de vez com a RDC depois do seu regresso ou, os que romperam, estão retornando. Isso faz das constantes movimentações para cada um dos lados não um evento, mas quase um modo de vida.

11.4. MOBILIDADE E CRIME

Com a chegada massiva de retornados em 2009 as autoridades angolanas suspeitaram que entrariam também irregularmente muitos indivíduos, especialmente vindos

da África Ocidental, que pretendiam ou instalarem-se em Angola ou usarem-na como passagem eventualmente para a África do Sul e daí, provavelmente, para Europa.

Essa suspeita generalizada sobre os retornados pelas autoridades parece ter sido transmitida à sociedade. Uma vez que a entrada irregular está associada à criminalidade associou-se, como consequência, a migração à criminalidade. De fato, muitos retornados ainda vivem com medo de serem expulsos, mesmo aqueles que possuem documentação. Essa situação causa alguma angústia no processo de integração. Daí a importância da documentação que permitiria perder parte desse medo e, também, denunciar os possíveis crimes.

11.5. RETORNADOS DE PRIMEIRA E RETORNADOS DE SEGUNDA

Durante os anos de guerra muitos angolanos deixaram o país e seguiram para várias direções: alguns se refugiaram em países limítrofes, como RDC, Zâmbia e Namíbia, e outros foram para Europa. No processo de retorno parece ter sido mais fácil a integração dos que estiveram na Europa, especialmente em Portugal, do que daqueles que estiveram, por exemplo, na RDC. Isso, em parte, parece corresponder a uma suposta matriz sociocultural angolana que se desenvolveu nas zonas costeiras de Angola, onde o uso do português seria

dominante, subalternizando ou marginalizando as outras zonas, como as fronteiriças ou as do interior.

A consequência dessa percepção é a desconfiança (de forma militarizada ou policial) com que se olha qualquer fenômeno fora da suposta matriz dominante. Essa desconfiança prejudica também o processo de integração dos retornados. Há casos de cidadãos portugueses que nasceram em Angola quando esta era uma colônia, cujos filhos têm direito à nacionalidade angolana e sobre os quais dificilmente recai a desconfiança de serem estrangeiros. Para os filhos de pais angolanos refugiados na RDC existe essa desconfiança, especialmente por parte das autoridades e, em muitos casos, é um obstáculo no reconhecimento dos seus diplomas de estudos e profissionais. Alguns entrevistados ressaltam especialmente este aspecto como uma forma de discriminação.

12. DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM SERVIÇO AOS MIGRANTES

A experiência de projetos de apoio à integração dos retornados, ainda que de pequena escala se comparada com as necessidades e os desafios que a mobilidade supõe, mostrou-se, no entanto, eficaz e quase de laboratório: fez notar, por um lado, que é possível desenhar estratégias bem conseguidas de apoio à mobilidade e que estas estratégias implicariam criar estruturas de serviços de longo prazo mesmo quando tivessem de agir em situações de emergência. Estas estratégias e as infraestruturas que lhes dariam sustento estariam ligadas às iniciativas dos próprios retornados, mas, para que isso seja possível, seria preciso reverter a imagem que se tem da mobilidade humana: mobilidade não se trata apenas de expressão de uma crise humana, pode indicar também o dinamismo de uma sociedade ou a iniciativa de lidarem com a adversidade. Como diz o papa Francisco: “é importante olhar para os

emigrantes não somente com base na sua condição de regularidade ou irregularidade, mas sobretudo como pessoas que, tuteladas na sua dignidade, podem contribuir para o bem-estar e o progresso de todos, de modo particular quando assumem responsabilmente deveres com quem os acolhe, respeitando gratamente o patrimônio material e espiritual do país que os hospeda, obedecendo às suas leis e contribuindo para os seus encargos”⁹⁶. Essa imagem da mobilidade como possível expressão do dinamismo de grupos ou indivíduos em lidarem com o seu contexto não evita, contudo, a identificação de constrangimentos das consequências não intencionais da decisão de se mover, de crises e de dramas humanos que obrigam, em muitos casos, uma intervenção de emergência. Mas em zonas com histórico de mobilidade justifica-se a existência de estruturas de apoio de longo prazo.

Estas estruturas de apoio têm que estar enquadradas em programas ou iniciativas pastorais de longo prazo que sejam capazes, ao mesmo tempo, de se adaptarem e de identificarem novas formas de mobilidade, os seus contornos e constrangimentos. O que se segue é a apresentação de algumas propostas que decorreram, na sua maioria, do alargamento ou reconfiguração do que na prática já se faz.

⁹⁶ Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e do refugiado 2016. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/migration/documents/papa-francesco_20150912_world-migrants-day-2016.html.

12.1. INSTITUCIONALIZAR EXPERIÊNCIAS: GABINETE DE MEDIAÇÃO PARA MIGRANTES

Já existe uma Comissão Diocesana de Pastoral de Migrantes e a ação dessa comissão foi crucial, por exemplo, na mobilização para a ajuda de emergência à crise dos retornados entre 2009 e 2010. Essa comissão trabalha em parceria com a Cáritas diocesana, que é mais vocacionada a programas de intervenção social, cujo papel na crise dos refugiados também foi fundamental. Estas duas instituições deram visibilidade ao problema da crise dos retornados e seu empenho mobilizou o país para ações de ajuda; mas, em contrapartida, estas ações tenderam a reduzir o complexo problema da mobilidade aos momentos de crise. Isso nota-se pela aparente apatia em que as comissões paroquiais da pastoral das migrações recaíram depois que a chegada repentina de retornados terminou. A mobilidade humana nessa zona é estrutural e, portanto, é um assunto de longo prazo.

Uma possibilidade para tornar mais eficiente o papel da Comissão Diocesana de Pastoral de Migrantes consistiria na sua reestruturação: o primeiro passo seria distinguir a Comissão – enquanto estrutura de orientação pastoral dentro do organograma da Diocese – de prestadora de um serviço concreto às necessidades dos migrantes. Assim, a Comissão (enquanto estrutura de orientação pastoral) define linhas pastorais, faz a conexão institucional com o

governo da diocese e com outras comissões diocesanas, bem como com a Comissão Episcopal (em nível de conferência episcopal); enquanto prestadora de serviços essa mesma comissão podia estar restrita, por exemplo, à Caritas (ou a outra prestadora de serviços), com seu espaço e, pelo menos, recursos humanos e financeiros diferentes.

Outro serviço que podia estar restrito à comissão, mas sem ser a comissão em si, seria um “gabinete de mediação do migrante”. Este gabinete, a funcionar em um espaço com os próprios recursos, poderia oferecer serviços de orientação, informação e, em alguns casos e a depender dos recursos, de mediação entre o migrante – retornado ou refugiado – e as estruturas do Estado, indicando aonde ir para conseguir os documentos, acolhimento, informação sobre familiares etc. Este serviço poderia ter representantes nas paróquias e missões e em colaboração com os governos locais, mas também com as autoridades tradicionais, associações e outras igrejas. Poderia trabalhar também com outras organizações, inclusive, celebrar acordos com instituições ligadas à mobilidade como o ACNUR, a OIM, o JRS; ter também contatos com organismos similares no outro lado da fronteira para trocar experiências, informações e partilhar dificuldades e, sobretudo, prevenir constrangimentos ligados à mobilidade, como o tráfico de pessoas etc. Poderia também recorrer a fundos disponíveis para

apoio de acolhimento de refugiados e de reintegração de retornados. Por exemplo, há entidades que financiam projetos de apoio a deslocados, refugiados e retornados, mas estes fundos, por questões legais, não podem ser entregues a uma “Comissão Pastoral”. Mas no caso em que haja um serviço concreto de apoio a migrantes estes fundos podem ser ativados.

Por fim, esse gabinete poderia recolher informações sobre problemas específicos que assolam pessoas em mobilidade, como a integração de crianças retornadas nas escolas, trabalho com as mulheres, atenção a jovens e aos idosos. Dessa forma, serviria de modelo, talvez, para outras dioceses fronteiriças com os mesmos desafios. Seria, sobretudo, uma forma de criar meios de ação de longo prazo. No caso de uma crise ou emergência esse gabinete estaria melhor preparado para dar informações e respostas coordenadas com outras instituições, sejam elas ONGs, agências internacionais ou instituições do Estado.

12.2. COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL

O regime político que vigorou em Angola de 1975 a 1991 exacerbou a separação entre Igreja e Estado, não apenas decorrente do caráter laico do Estado, mas também da ideologia ateia que dava o suporte político à organização do Estado. O resultado foi a redução da ação da Igreja a atividades pastorais no sentido restrito como

catequese, administrações de sacramentos, celebrações e, só marginalmente, a intervenção com ações de caráter social. Isso criou uma cultura de suspeita e confronto institucional entre a Igreja e o Estado. Embora haja iniciativas de colaboração entre uma e outra instituição e, sobretudo, diálogo entre as autoridades, não se retirou completamente, contudo, o ambiente de desconfiança que existe entre as duas entidades.

Esse clima mina iniciativas que poderiam resultar em benefícios das pessoas, especialmente dos mais necessitados e, sobretudo, desaproveita recursos humanos, financeiros e materiais que seriam vantajosos para ambas as instituições: a Igreja tem estruturas – paróquias, missões, centros – nos lugares onde muitas vezes o Estado não tem nenhuma presença efetiva. Por outro lado, a Igreja não dispõe de recursos financeiros para, por exemplo, contratar pessoas para trabalhar em seus serviços. Uma colaboração entre as duas entidades, especialmente a partir de iniciativas locais e modestas, poderia preencher lacunas de que um e outro carecem.

Um exemplo concreto neste sentido é a colaboração que existe no Município do Songo, entre a Igreja, o Estado e os retornados. A seção materno-infantil do hospital do Songo é dirigido por uma religiosa das irmãs da Misericórdia. Quando as Irmãs da Misericórdia decidiram sair um tempo do Songo porque queriam reformar a casa que estava em estado lastimoso, a administração local decidiu emprestar

uma casa enquanto decorriam as obras de restauração. O interesse da administração era manter o funcionamento do hospital, já que seria provavelmente mais dispendioso para a administração a contratação de novo pessoal para suprir o trabalho que era feito pelas Irmãs da Misericórdia.

Outro exemplo de colaboração foi que os retornados, através dos catequistas, fizeram chegar à administração que alguns sobas vendiam os terrenos cedidos aos retornados. A Administração depois de consulta prévia decidiu selecionar entre os retornados um novo soba. A escolha recaiu sobre um pastor protestante da IEBA.

Outro conflito no Songo era a postura de alguns pais, retornados, que obrigavam os filhos, especialmente as meninas, a trabalharem nas lavouras ao invés de as enviarem para a escola. A colaboração entre o governo local, a Igreja e outras autoridades locais conseguiu pôr termo a essa diferenciação. Iniciativas semelhantes, especialmente a nível local, poderiam ser aproveitadas e incentivadas para lidar com situações cotidianas de conflitos ligados, nesse caso específico, aos retornados.

12.3. COLABORAÇÃO ENTRE DIOCESES TRANSFRONTEIRIÇAS

Uma das iniciativas poderia ser uma maior colaboração entre as instituições da RDC e as instituições angolanas ligadas à Igreja que tenham experiência de trabalho com retornados. As duas instituições poderiam, além de trocar

informações e experiências, trabalhar conjuntamente em projetos, como o acolhimento e inserção de refugiados angolanos na RDC, especialmente crianças e mulheres; do lado angolano, poderia fazer o mesmo, isso é, acolhimento, acompanhamento de refugiados congolese e retornados angolanos. Se já tivesse havido essa colaboração entre os dois lados, certamente ter-se-iam minimizado alguns constrangimentos na mobilidade dos angolanos e congolese. Por exemplo, quando os congolese foram expulsos do país pelo governo angolano sem que houvesse nenhum processo legal e em condições desumanas, com casos de violações de mulheres e adolescentes por parte das forças de segurança de Angola, não houve, do lado angolano, nenhuma campanha de denúncia veemente contra tais práticas nem exigindo do governo um procedimento de expulsão de imigrantes irregulares segundo as normas internacionais. Do lado congolês também não houve nenhuma denúncia.

Outro elemento ainda dentro dessa colaboração institucional poderia ser a colaboração entre as paróquias que estão nas fronteiras. Por exemplo, entre Kimbata e Kimpango, aldeias transfronteiriças de Angola e RDC, respectivamente, poderia haver maior colaboração na circulação de pessoas, além da assistência pastoral. A colaboração entre duas paróquias, caso funcionasse, poderia servir de modelo para as instituições dos Estados e um incentivo maior à colaboração.

12.4. DO ASSISTENCIALISMO AO ENGAJAMENTO

A ideia de que os retornados são vítimas ou apenas vítimas pode levar programas ou projetos de intervenção junto aos retornados, ainda que bem intencionados, ao aprofundamento das suas crises. Isso tende a acontecer quando se reduz a complexidade da mobilidade às crises limitadas no tempo, conforme já se apontou mais acima. Em vez da ideia do retornado como “vítima”, insistir no retornado como alguém que tem uma visão do mundo, com experiência profissional e formação, o contato com eles poderia ser mais no sentido de apoio para criar ou abrir canais onde as suas potencialidades e recursos se pudessem pôr a proveito. Neste sentido seria interessante propor iniciativas em que os próprios retornados sejam protagonistas.

Um exemplo concreto foi a iniciativa das Irmãs missionárias scalabrinianas em relação a um retornado. Tratava-se de um mestre alfaiate com vários anos de experiência profissional, além de formação que recebeu sobre a sua profissão. Quando regressou a Angola, decidiu deixar a família na RDC, já que os filhos estavam terminando os estudos. O seu objetivo era entrar em Angola e criar condições para que pudesse trazer a família, mas, antes disso, precisava trabalhar para conseguir pagar os estudos dos filhos. Não dispunha de meios financeiros para comprar uma máquina de costura nem conseguia emprego

numa alfaiataria. As Irmãs MSCS, que tinham máquina de costura avariada nos armazéns da Cáritas, propuseram que, caso conseguisse concertar a máquina, poderia utilizá-la enquanto não conseguisse fundos para comprar uma nova. Ele conseguiu fazê-la funcionar, arrendou um espaço em um quintal e montou uma alfaiataria: concertava, fazia roupas novas para vender e com esse dinheiro enviava uma parte para a família e usava a outra parte para pagar o espaço onde funcionava a alfaiataria. Iniciativas semelhantes mostram a diferença entre uma prestação *assistencialista* e de curto prazo, de uma que procura soluções de longo prazo. Um suposto gabinete de mediação poderia ter também a função de procurar iniciativas de longo prazo.

Nos estudos e experiências sobre retornados há casos em que eles fundam cidades, bairros, instituições, empreendimentos empresariais. Isso acontece porque os retornados trazem experiências novas dos locais onde viveram e ao chegarem ao país de origem, na impossibilidade de eles próprios conseguirem empregos ou encontrarem instituições que absorvam suas experiências, começam novos projetos. Criar plataformas que mobilizem, apoiem e absorvam a criatividade dos retornados poderia ser uma forma de trabalhar para a sua inserção em longo prazo, mais do que apenas resolver problemas emergentes do dia a dia.

CONCLUSÃO

Tal como se disse na introdução, a pesquisa restringiu-se a uma área reduzida de concentração de retornados, basicamente, a cidade do Uíge, Maquela do Zombo, Songo, Damba, Sanza-Pombo e Kimbele e, nestes locais, privilegiaram-se as sedes dos municípios. Quanto aos programas ou projetos de apoio aos retornados, optou-se por aqueles cujos dados estavam disponíveis para consulta: conteúdos programáticos, implementação e relatórios dos resultados. Houve também entrevistas com beneficiários e colaboradores diretos dos projetos.

O objetivo da pesquisa não foi fazer uma avaliação dos projetos de integração dos retornados no Uíge, mas, a partir da participação deles em alguns projetos, ter acesso às suas histórias durante todo o trajeto de migração. As experiências de integração após o regresso não constituem o quadro completo de todo o processo de movimentação, daí a necessidade de, nas entrevistas, perguntar-se

também pelas vivências na RDC. Através das narrativas, que foram completadas com algumas informações de fontes documentais, constituiu-se uma ideia sobre os trajetos entre Angola e RDC.

O ponto central que se retém desse último aspecto é que as movimentações entre Angola e RDC já têm uma longa tradição e têm sido uma constante ao longo do último século, apesar de emergirem crises em certos momentos desse processo, nas quais as movimentações adquiriram um caráter dramático, como foi, em 1961, no massivo movimento de ida para RDC de milhares de angolanos e, em 2009, do movimento massivo em sentido contrário. As crises dessas duas movimentações estiveram ligadas a perturbações políticas e militares, como o resquício da guerra contra o regime colonial e, posteriormente, ao recrudescimento da guerra civil. Além dos fatores políticos, fatores econômicos – como a busca de emprego no lado da fronteira congoleza, reunião familiar, e formação escolar estiveram na base de sucessivas movimentações.

A proximidade geográfica, as interações entre os povos dos dois lados da fronteira e as afinidades etnolinguísticas são elementos que podem ajudar a integração. Esses fatores não evitaram, contudo, que as crises políticas resvassem para crises migratórias bruscas rompendo o suposto equilíbrio e integração dos refugiados. Esse último aspecto nos leva, por isso, a

encarar com alguma cautela aquelas explicações simplistas que reduzem as fronteiras a meros artifícios coloniais e elementos perturbadores. O certo é que mais de um século depois do seu traçado, as fronteiras também contribuíram para a redefinição das identidades, daí a ocorrência de expressões como “regressar à nossa terra” parece indicar a relevância das identidades políticas. Enquanto as unidades territoriais dependerem de uma autoridade política com a qual os habitantes se podem identificar ou não, mas, sobre os quais a autoridade exerce poder diretamente, haverá sempre a possibilidade de novas crises migratórias. Essas crises poderiam ter origem em disputas políticas – sejam internas ou externas – em decisões de política econômica que podem ter impactos nas famílias ou grupos concretos e dar origem a novas ondas migratórias. Além disso, a fragilidade das instituições ou a excessiva centralização do exercício do poder político pode ter consequências nas populações que vivem às margens dos territórios se esses não estiverem integrados politicamente com o resto do país. Nesse caso, o surgimento de novos movimentos migratórios é uma grande probabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDER, Gerald J. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. London: Heinemann, 1978.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Le Congo au temps des grandes compagnies concessionnaires, 1898-1930*. Paris: Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2001.

CORREIA, Roberto. *Angola Datas e Fatos - 4º volume (1912/1961)*. Edição de autor. Coimbra, 2001, p. 30-31. Ver também: OLIVEIRA, José Carlos de. *Os Zombo e o futuro (Nzil'a Bazombo): na tradição, na colônia e na independência*. Tese de doutoramento, Coimbra, 2008.

DIETRICH, Christian. UNITA's diamond mining and exporting capacity. In CILLIERS, Jakkie and DIETRICH, Christian (orgs.). *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2001, p. 275-294.

INHETVEEN, Katharina. *Die politische Ordnung des Flüchtlingslagers*. Akteure - Macht - Organisation. Eine Ethnographie im Südlichen Afrika. Transcript, Bielefeld, 2010.

INGLÊS, Paulo. Credo, crédito e género: economia do afecto entre mulheres retornadas (notas de trabalho de campo com mulheres retornadas no Uíge. Angola, Julho de 2015). *REMHU, Rev. Inter. Mob. Hum.*, n. 45, p. 311-316.

MALKKI, Liisa H. *Purity and exile*. Violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MELO, André Joaquim. Regresso a uma vida melhor: a integração dos ex-refugiados angolanos após o seu regresso a Angola. Research Report - International Organization for Migration & ACP Observatory on Migration, 2013.

PEREIRA, Luena. Etnias de Fronteira e questão nacional: o caso dos “regressados” de Angola. *Cadernos de Campo*, Universidade de São Paulo, n. 10, p. 45-62.

TALI, Jean-Michel Mabeko. La «chasse aux Zaïrois» à Luanda. *Politique Africaine*, n. 57, p. 71-84.

TALI, Jean-Michel Mabeko. Considerações sobre o despotismo colonial, e a gestão centralizada da violência no Império colonial francês. *Varia Historia*, n. 51, v. 29, p. 745-770.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Berber et Citoyens: l’identité nationale à l’ éprend des transitions africaines*. Congo-Brazzaville. Angola, 2005.

TALIO, Virginie. Le rapatriement des réfugiés angolais: glissements d’une catégorie à une autre. *Recueil Alexandries*, Collections Esquisses, v. 23, n. 44. Disponível em: <http://www.reseau-terra.eu/article304.html>.

THORNTON, John. *Warfare in Atlantic Africa*. London: University College of London Press, 1998.

ONG, AGÊNCIAS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

ACNUR. O que é a apatridia? Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/o-que-e-a-apatridia>.

ACNUR. ACNUR repatria 14 mil angolanos e acelera o processo de retorno de refugiados. 2012. Disponível em: [http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-repatria-14-mil-angolanos-e-acelera-o-processo-de-retorno-de-refugiados/?sword_list\[\]=angola&no_cache=1](http://www.acnur.org/portugues/noticias/noticia/acnur-repatria-14-mil-angolanos-e-acelera-o-processo-de-retorno-de-refugiados/?sword_list[]=angola&no_cache=1)

AMNISTIA INTERNACIONAL. Public statement, News Service n. 124, 2004, 14 de Maio, 2004.

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Disponível em: <http://www.unhcr.org/protection/convention/3d9abe177/reservations-declarations-1951-refugee-convention.html?query=angola>.

CÁRITAS DE ANGOLA. Relatório da Avaliação do projeto Reintegração dos angolanos expulsos da RDC, Lunda. 2011.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. Angola: systematic rape and violence against expelled congolese migrants, 2007. Disponível em: http://www.msf.org/sites/msf.org/files/old-cms/source/countries/africa/drc/2007/angola_report/DRC_the_woman_testify-10.pdf

OCHA. DRC: Humanitarians ease the plight of those expelled from Angola, 2012. Disponível em: <http://www.unocha.org/top-stories/all-stories/drc-humanitarians-ease-plight-those-expelled-angola>

OIM. Migrants' right to health in Southern Africa. 2009. Disponível em: <https://ropretoria.iom.int/sites/default/files/Migrant%20Health%20Report%20%202009%20-%20Website.pdf>

UNICEF. Humanitarian Action Report: Partnering for children in emergencies, 2010. Disponível em: https://www.unicef.org/har2010/files/UNICEF_Humanitarian_Action_Report_2010-Full_Report_WEB_EN.pdf

UNHCR. Angola Repatriation: Antonio returns home after 40 years in DR Congo. 2014. Disponível em: www.unhcr.org/news/latest/2014/8/53ff4c3c6/angola-repatriation-antonio-returns-home-40-years-dr-congo.html

UNOCHA. Responde Plan. 2010. Disponível em: www.unocha.org/cap/appeals/response-plan-angola-2009.

UNITED NATIONS. 2012. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/33.

IMPrensa e Serviços de Informação

HUMAN RIGHTS BRIEF. Reciprocal Violence: Mass Expulsions between Angola and the DRC, 2011. Disponível em: <http://hrbrief.org/2011/02/reciprocal-violence-mass-expulsions-between-angola-and-the-drc/>

IRINNEWS. Des Congolais “brutalement expulsés” d’Angola, 2009. Disponível em: <http://www.irinnews.org/fr/report/86500/rdc-des-congolais-«-brutalement-expulsés-»-d’angola>.

INTER PRESS SERVICE NEWS AGENCE. Des Congolais refoulés de l’Angola dans des conditions humiliantes, 2009. Disponível em: http://www.ipsinternational.org/fr/_note.asp?idnews=5549.

OCHA. Humanitarian response. 2009. Disponível em: <https://www.humanitarianresponse.info/en/programme-cycle/space/document/response-plan-angola-2009>

RADIOOKAPI. Tembo: l'Angola aurait expulsé des Congolais avec violence, selon les humanitaires. 2010. Disponível em: <http://www.radiookapi.net/atualite/2010/11/09/tembo-langola-aurait-expulse-des-congolais-avec-violence-selon-les-humanitaires/>

UNHCR. Des milliers d'Angolais expulsés de RDC ont besoin d'assistance. Angola, Points de presse, 9 de outubro, 2009.

MAPAS

FIGURA 1. Zona etnolinguística bacongo Fonte: PanAfrican Localisation Resource, ver em: <http://www.bisharat.net/wikidoc/index.php/PanAfrLoc/Kongo>

FIGURA 2. Província do Uíge. Fonte: Angop (Angola Press), ver em: http://cdn2.portalangop.co.ao/angola/en_us/files/dados/2013/6/30/imgmapa_data,0,107685bb-0681-46f9-9f7b-9bfccb409ce4.png

FIGURA 3. Fronteira do Congo Central e Angola. Fonte: http://www.logcluster.org/sites/default/files/maps/Logcluster_DRC_005_A4L_20131011_LCA_BC.jpg

FIGURA 4. Expulsão Angola-RDC e RDC-Angola. Fonte: <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/0a/1f/a9/0a1fa9ea12ee04ebc38817b1d8711586.jpg>

ANEXOS

ANEXO I

1. Ajuda da Igreja para o projeto de integração dos refugiados para as dioceses do Uíge (Ano 2010 e 2011)

	Doadores	Euros	USD	Recebido
	Cáritas Alemã	100.000,00		USD 65.450,70
	Cáritas espanhola	50.000,00		USD 64.323,20
	Cáritas da Coreia do Sul		29.995,00	USD 29.995,00
Total do orçamento		Estimado USD 180.000,00		Recebido USD 159.768,90

2. Número de retornados que se beneficiaram dos projetos

Números globais de beneficiários	
Designação	Registrado
Homens	1.299
Mulheres	1.671
Crianças	2.466
Famílias	1.061
Total de Pessoas	5.436

3. Colaboradores na implementação dos projetos

Projeto	Colaborador
Microcrédito	Irmãs MSCS
Saúde Materno Infantil	Irmãs da Misericórdia
Língua Portuguesa	Professores Voluntários
Segurança Alimentar/Agricultura	Projeto Desenvolvimento Rural
Documentação	Comissão Justiça e Paz
Informação Jurídica	Mosaico e Comissão Justiça e Paz

ANEXO II

1. Projeto: saúde, cuidado materno-Infantil

Higiene, Saúde e cuidado materno infantil	
Damba/Uíge	
4 formados e 147 formados	

156

2. Projeto: agricultura e segurança alimentar

Agricultura e Segurança Alimentar	
Damba/Uíge	
Formador	4
Formando	576
Distribuição de sementes por famílias	100

ANGOLA É A NOSSA CASA

3. Projeto: direitos, cidadania e informação jurídica

Direitos, cidadania e informação jurídica	
Damba/Uíge	
74 (participantes)	

4. Projeto: ensino da língua portuguesa

Língua Portuguesa	
Damba/Uíge	
3007 Formandos	



A Diocese do Uíje foi criada no dia 14 de Março de 1967, com o título de “Diocese de Carmona e S. Salvador. Tomou a designação de “Uíje e S. Salvador” em 1979. Posteriormente, em 8 de Dezembro de 1984, com o desmembramento que deu origem à criação da Diocese de Mbanza Congo, ficou com a denominação atual.

As datas de fundação das Paróquias da diocese são: Maquela do Zombo 1930; Sanza Pombo 1940; Sé Catedral 1941; Damba 1948; Ambuila 1950; Bembe 1954; Songo 1957; Kimbele 1958; Kangola 1959; Negage 1966; Bungo 1968; Quitexe 1968; Púri 1970; S. Francisco de Assis 1971; Nossa Senhora de Fátima 1971; Nossa Senhora das Mercês 2002; Santa Cruz 2005; Mucaba 2005; Milunga 2005; Buengas 2005; quase Paróquia São Francisco de Sales 2010 e Santuário de Santa Rita de Cássia 2013.

ISBN 978-85-87823-30-4



9 788587 823304